

ATA APROVADA:

23 VOTOS FAVOR

13 ABSTENÇÕES



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 27/13-17 **SESSÃO ORDINÁRIA** **2017/09/04**

Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e dezassete, no Edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H30M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, PSD e independentes, num total de 32 elementos.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Joaquim Manuel da Conceição Monteiro Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, substituído por Ernesto João Neto Casal da Veiga.
- Sandra Paula Fernandes Ranhada, Presidente da Junta de Freguesia de Argela, substituído por João José Fernandes.
- Paulo Nuno Loureiro Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Dem, substituído por Clemente Gonçalves Pires.
- António Manuel Alves Moreira Brás, Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, substituído por Henrique Graciano Varela Gonçalves.
- Ventura Rodrigues Cunha, Presidente da União de Freguesias de Arga (Baixo/Cima/S.João), faltou, cuja falta foi justificada.
- Severino Manuel Gomes de Sousa, eleito pelo Partido Social Democrata, faltou, cuja falta foi justificada.



Assembleia Municipal de Caminha

- Liliana Ferreira Gonçalves Gomes, eleita pelo Partido Social Democrata, faltou, cuja falta foi justificada.

O **Senhor Presidente da Mesa**, leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão extraordinária de 02 de junho 2017;
- c) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 23 de junho 2017.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Senhor Manuel Chevarria**, saudou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e disse que tinha duas perguntas a fazer as quais envolvem todos os políticos do Concelho e perguntou; O que a Câmara faz para que haja união entre os comerciantes de Caminha?, e de seguida também perguntou; O porquê de não serem os habitantes de cada Freguesia do Concelho a eleger um elemento para se candidatar à Câmara Municipal, e não serem os órgãos políticos a escolherem esses elementos, para que haja desse modo democracia.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Lages**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse que dentro dos seus conhecimentos vai elucidar o munícipe que acabou de fazer ali a sua intervenção, o Senhor Manuel Chevarria, e disse o Senhor Deputado que se existe divisão entre os comerciantes em Caminha, que cabe aos próprios empresários criarem essa união, ao criarem associações, coletividades para que se façam representar a uma só voz e daí surgir um interlocutor para com quem a Câmara Municipal de Caminha possa falar. Disse ainda o Senhor Deputado que a Câmara Municipal de Caminha tem tido várias parcerias com os comerciantes de Caminha, como a noite de Carnaval em Caminha, a Mesa da Páscoa, e existem exemplos de parcerias com coletividades do Concelho, como a Festa do Mar e da Sardinha, pelo que, cumpre aos próprios empresários se organizarem e desse modo serem eles uma força motriz da própria sociedade para afirmação das suas necessidades.

Disse ainda o Senhor Deputado que no que concerne à democracia, esta precisa sempre dos partidos políticos, mas, não se esgota neles, e a Lei é muito clara sobre isso, e tem-se vindo cada vez mais a assistir a grupos de independentes a candidatarem-se aos órgãos autárquicos, tanto para Freguesias e Câmara Municipais. Disse ainda o Senhor Deputado que no Concelho existem algumas Juntas de Freguesia cujo os seus Presidentes são eleitos em listas independentes, e até para o próximo mandato, já foram entregues listas no Tribunal que não pertencem a qualquer partido. Mas, sublinha ainda o Senhor Deputado que é necessário existir partidos políticos, porque estes são o garante após o 25 de Abril, para que haja uma democracia plena, não se pode deixar os cidadãos de forma desorganizada sem ideologia, sem pensamento, ou seja, quando se vota num partido político vota-se pela sua ideologia, o tipo de políticas que vão seguir, mais humanistas, mais economistas, mais viradas para as pessoas, pelo que, julga o Senhor Deputado que não existe falta de democracia pela existência dos partidos.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado José Luis de Lima**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, agradeceu ao Senhor Manuel Chevarria o seu contributo, e disse que também era empresário, e que já esteve ligado ao ramo da restauração em Caminha e que na verdade acontecem alguns casos daquilo que ele ali referiu, mas, referiu também o senhor Deputado que muita gente se afasta da política por situações como essas, disse ainda qua está ali por um partido político para o qual deu a cara, e que irá continuar a dar, porque na realidade como referiu o Senhor Deputado Rui Lages tem que se estar de certa forma ligado a um partido, pelo que, o Senhor Deputado está ali para defender e lutar por aquilo que são os interesses de todos os cidadãos, independentemente de ser de um, ou, de outro partido, porque aquilo que interessa é o bem estar das pessoas, e é com esse lema que ele ali está.

2º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Informações da Mesa

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, saudou todos os presentes e informou que a Mesa tinha recebido a seguinte correspondência:

- Ofício da Assembleia Municipal de Ponte de Lima, a dar conhecimento de uma proposta de Recomendação sobre o funcionamento da Urgência e da Consulta Externa do Hospital Conde de Bertiandos, aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 24 de junho de 2017.
- E-mail de Luis Sottomaior a solicitar resposta sobre um “Procedimento concursal para cargo de direção intermedia de 2.º grau”.
- Ofício da Assembleia Municipal de Pampilhosa da Serra, a dar conhecimento da receção do Voto de Pesar, aprovado por unanimidade em 23 de junho por esta Assembleia Municipal.



Assembleia Municipal de Caminha

- Ofício da Assembleia Municipal de Gois, a dar conhecimento da receção do Voto de Pesar, aprovado por unanimidade em 23 de junho por esta Assembleia Municipal.
- Ofício da Cruz Vermelha Portuguesa, a dar conhecimento da receção do Voto de Pesar, aprovado por unanimidade em 23 de junho por esta Assembleia Municipal
- Ofício da ANAFRE, a dar conhecimento da receção da Moção “25 de Abril e 1.º de Maio”, a qual foi aprovada por unanimidade em 21 de abril de 2017.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento da resposta do Governo à pergunta colocada pela Deputada Carla Cruz, através do Ministério da Saúde, sobre “Unidade Local de Saúde do Alto Minho”.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros da Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Carlos Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social e leu:

“Minhas Senhoras e meus Senhores, nesta minha intervenção, vou fazer o Balanço da época balnear em Vila Praia de Âncora. Foi registado uma quebra de Turistas na nossa freguesia nestes últimos quatro anos, ao contrario do que se tem tentado transmitir, de facto o Turismo no Alto Minho em Geral pode até ter aumentado, mas em Vila Praia de Âncora reflete-se precisamente o contrário, o turismo Balnear tem vindo a decrescer ano após ano, sendo que 2017, foi o pior ano em que há memória.

E para que não haja duvidas a este respeito, foram os nossos comerciantes, os nossos hoteleiros, os concessionários da praia e os nadadores salvadores, que



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

sentiram esta diminuição do turismo e tendo apontando este verão o pior dos últimos anos.

As causas assinaladas para esta diminuição da procura turística, foram as seguintes:

- Falta de limpeza de passeios e ruas na área litoral e centro da Vila;
- Papeleiras na Av. Dr. Ramos Pereira, a transbordarem de lixo uma vergonha para quem lá passeava.
- Contentores do lixo cheios e com um odor nauseabundo, espalhando-se por várias ruas.
- Falta de eventos e animação noturna.

Sr. Presidente, estas foram apenas algumas das questões assinaladas pelos Ancorenses e por quem nos visitou.

Resumindo quem nos visitou frisou a falta de Higiene e Falta de Animação e esta falta de higiene aconteceu no verão com menos afluência turística, nem quero imaginar como seria se tivéssemos uma enchente de gente como acontecia á uns anos atrás.

Sr. Presidente já não é novo, ou não deveria ser novidade para si as constantes reclamações do serviço prestado pela Luságua.

Mas ainda falta a mais preocupante de todas, esta está relacionada com a saúde pública, englobando crianças de tenra idade.

A nossa terra, Sr. Presidente, era famosa por termos a linda praia das crianças, uma praia cuidada, vigiada, monitorizada, no que respeita a amostragem para controle da qualidade das águas balneares, mas além deste trabalho, havia uma grande preocupação e uma persistente alerta para a empresa responsável no funcionamento da Estação Elevatória de saneamento no Parque Dr. Ramos Pereira e da ETAR da Gelfa, para terem o máximo de cuidado no funcionamento destas infraestruturas na época balnear.

E este ano Sr. Presidente, aconteceu um problema muito grave na praia das Crianças, um problema que foi escondido da Junta de Freguesia, de todos os Ancorenses e de todos os utentes da praia.



Assembleia Municipal de Caminha

Mas para melhor clarificar este assunto e para que não nos acusem de falsas palavras, passo a ler uma reclamação que chegou à nossa junta por uma cidadã portuguesa que, pela segunda vez, escolheu Vila Praia de Âncora, para gozar as suas férias.

“De: Carla Maria Balsemão de Abreu [wordpress@jf-vpancora.com]

Enviado: terça-feira, 22 de agosto de 2017 23:53

Para: juntavpancora@mail.telepac.pt

Assunto: Qualidade da água e consequente doença familiar

Venho por este meio expressar o meu desagrado e desilusão dada a situação ocorrida nessa vila aquando da semana de férias que eu e a minha família aí usufruímos. Já tínhamos estado anteriormente em Vila Praia de Âncora e ficamos maravilhados com o local, principalmente pela natureza e qualidade da mesma, adequada às crianças pequenas. Este ano (estivemos na vila de 15 a 21 de agosto) começamos logo por notar que a água do rio estava mais suja e lamacenta e, no dia 18, o meu filho mais velho (6 anos) adoeceu e logo no dia 20 adoeceu o mais novo (2 anos) e eu própria também. Vômitos frequentes, dores fortes de barriga, cólicas e febre fizeram-nos antecipar o regresso a casa. Esta situação poderia ter outras causas, mas, dada a má qualidade da água por nós evidenciada, o cheiro nauseabundo que se sentia perto do rio e na rua em algumas noites, o facto de outras pessoas com quem conversamos se terem sentido doentes e com os mesmos sintomas e de, posteriormente, ter sabido pela comunicação social dos problemas com a qualidade da água acredito que foi essa a causa da súbita doença que nos atacou. Como referi inicialmente apenas escrevo para expressar o meu desagrado e desilusão: regressamos a Vila Praia de Âncora porque ficamos encantados com o local e a sua beleza natural, mas tal só nos trouxe tristeza, doença, gastos desnecessários, enfim foram umas férias estragadas e não sei se tão cedo voltaremos. Agradeço a atenção que, estou certa, dispensarão a este assunto porque também é meu objetivo ao escrever-vos que, de futuro, estas situações não voltem a acontecer e caso se repitam que, pelo menos, informem



Handwritten signatures in blue ink, including a stylized 'A' and a signature that appears to be 'E'.

Assembleia Municipal de Caminha

adequadamente as pessoas sobre os riscos que correm ao frequentar a praia, coisa que não aconteceu desta vez.

Com os melhores cumprimentos,

Carla Abreu”

Após esta leitura da reclamação, acompanhada pela projeção dos documentos enviados para a Câmara, pela Delegação do Centro de Saúde de Caminha, a pedirem que fossem colocados avisos na praia a proibir os banhos no rio.

Isto tudo aconteceu, sem que a Junta de Freguesia, tivesse conhecimento dos Resultados Analíticos.

Sr. Presidente diga-me como é que você e o seu executivo defendem o estandarte do Dialogo e Transparência, quando ocultam um Problema com esta gravidade da Junta de Freguesia e dos Ancorenses?

Porquê que não foram colocados os avisos na Praia como em anos anteriores? Visto a Delegação Regional de Saúde e a Capitania do Porto de Caminha terem recomendado em duas ocasiões, nos dias 28 de julho e 24 de agosto.

Senhor presidente vossa excelência tem no seu executivo o Coordenador da Unidade de Saúde Familiar do Vale do Âncora, que também é o candidato pelo PS, à Presidência da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, mesmo assim ocultaram este problema pondo em causa a saúde pública. Isto Sr. Presidente, perante a lei é considerado um crime.

Sr. Presidente venho pedir esclarecimentos porque a Junta de Freguesia recebe uma reclamação deste tipo e ficamos sem saber o que responder, pois nunca fomos informados dos resultados analíticos.

Sr. Presidente esta reclamação vem elencar a minha preocupação em relação à diminuição do Turismo em Vila Praia de Âncora.

Sr. Presidente, é este o futuro que está reservado para Vila Praia de Âncora e para os Ancorenses?

Muito Obrigado”.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Miguel Gonçalves, Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social e leu:

“Esta é a última sessão da Assembleia Municipal neste mandato. É, pois, o momento de fazermos um breve balanço sobre o que estes 4 anos representaram para a União de freguesias que presido.

Neste mandato tivemos de organizar uma nova unidade administrativa, tarefa que exigiu esforço e que foi sempre norteada pela preservação da identidade das freguesias de Caminha e Vilarelho.

Realizámos um trabalho de abertura e de integração com as diferentes organizações e instituições da freguesia. Sempre em diálogo e constante articulação. Quero, pois, agradecer a todos os dirigentes das diversas associações desta União de freguesias, o trabalho que realizaram em prol da cultura, desporto, da defesa dos animais, preservação ambiental e solidariedade social.

Trabalhámos com as escolas, não só na resolução dos seus problemas do dia-a-dia, mas, também na implementação dos seus projetos, que têm trazido muitas alegrias e um reconhecimento muito merecido. Agradeço, assim aos educadores, professores, auxiliares, pais e alunos todo o trabalho desenvolvido em prol da educação.

Cooperámos nas diversas festas, celebrações e eventos que se realizaram, na medida das nossas competências e do nosso orçamento. Quero, assim, realçar e agradecer o trabalho de todos os que organizaram e participaram nestas atividades, pois assumiram grandes responsabilidades e disponibilizaram o seu tempo pessoal e familiar em benefício da Comunidade.

Realizámos um trabalho sistemático de limpeza das ruas e caminhos de Vilarelho, com intervenções também em Caminha. Efetuámos, também, um atendimento administrativo que conjugou a competência técnica com uma profunda sensibilidade humana. Assim, agradeço aos funcionários da Junta de freguesia



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

todo o empenho e dedicação que têm colocado no seu trabalho ao serviço da população.

Efetuámos obras e melhoramentos no território das quais destacámos: rua do Laranjal, travessa de Senandes, rua do Faro, travessa da Visconde Sousa Rego, Avenida Dantas Carneiro, rua da Pereirinha, rua da Cabana e rua Doutor Gavinha. Mas quero sublinhar três obras que realizámos cujo alcance ultrapassa claramente este mandato.

Criámos um parque com equipamentos desportivos no bairro Social de Caminha, que foi precedido de uma renovação desse espaço e do estabelecimento de um novo horário de iluminação pública. Transformámos um espaço degradado e abandonado num espaço recuperado e de grande utilidade para a população.

A recuperação do Largo Sidónio Pais. Este espaço foi devolvido às pessoas e para nós será um elemento estruturante de uma nova dinâmica que queremos que aconteça nesta área da vila de Caminha.

Realizámos uma profunda intervenção no cemitério de Vilarelho, no qual, foi totalmente renovado um talhão, facto que só se concretizou com a cooperação dos proprietários das sepulturas, o que muito agradecemos. Esta intervenção conjugada com a pintura e consolidação dos muros e estruturas e com a implementação de luz pública deu a este espaço a dignidade que o mesmo merece.

Estas obras só foram possíveis com o trabalho e empenho dos dois elementos da Junta que me acompanharam. Agradeço, todo o seu trabalho e empenho que demonstraram a favor desta comunidade.

Este mandato foi, ainda, marcado pela concretização de projetos de extrema importância para a minha Terra:

Foi construída uma nova Biblioteca em Caminha, numa zona do centro histórico que estava muito degradado. Este equipamento valoriza o nosso território e constitui-se como um instrumento de grande importância cultural e educativa.

A renovação do Cais da Rua. Projeto lembrado em sucessivas épocas eleitorais, mas só agora implementado.



Assembleia Municipal de Caminha

A renovação desta estrutura é um ato de justiça e será uma alavanca para o futuro da pesca e para a prosperidade dos pescadores. Nesta obra não posso deixar de agradecer todo o empenho e trabalho realizado pela Associação de Pescadores que foi sempre um parceiro ativo na defesa da sua classe e na concretização deste projeto.

Estas obras têm cunho estruturante e terão um papel de extrema importância no futuro. A concretização destas obras, insere-se numa ação política muito favorável para o desenvolvimento desta freguesia realizada pela Câmara Municipal de Caminha. Quero, pois, agradecer aos Vereadores Rui Teixeira, Rui Fernandes, Ana São João e ao Vice-Presidente; Guilherme Lagido todo o trabalho realizado em prol desta terra. Quero agradecer ao Presidente da Câmara, Miguel Alves, toda a energia, determinação, empenho e trabalho que realizou. Vi um presidente tolerante, amigo e que realizou o seu trabalho de acordo com as suas convicções, sem que exercesse discriminações por divergências de opinião e de interesses partidários. Essa é uma marca deste mandato que quero aqui enaltecer e sublinhar.

Por último quero realçar a passagem do cemitério municipal de Caminha para a Junta de Freguesia. Esse era um desejo antigo da minha comunidade e ficará escrito a letras de ouro na nossa memória e nosso Coração. Por isso agradeço a esta Assembleia a aprovação, por unanimidade, da atribuição que generosamente a Câmara Municipal nos realizou. Isto prova que às vezes somos capazes de ultrapassar as lógicas partidárias. Espero que no futuro esta ação não seja a exceção, mas passe a ser a regra no funcionamento deste órgão.

Assim saúdo todos os membros desta Assembleia. Na pessoa do seu Presidente, um grande democrata, que soube conduzir esta Câmara com justiça e imparcialidade.

Caros membros desta Assembleia, independentemente, das nossas convicções ou divergências políticas, todos fizemos parte de um órgão político, num tempo em que a ação política nem sempre é valorizada, demos o nosso contributo para melhoria da nossa terra.



Assembleia Municipal de Caminha

Assim desejo a todos as maiores felicidades pessoais futuras”.

O **Senhor Deputado Manuel Amial**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social e leu o seguinte:

“Pessoalmente tenho uma participação já longa nesta Assembleia Municipal de Caminha que agora chega ao fim.

Reconheço que o trabalho autárquico é muito exigente e deve ser exercido com grande dignidade, dedicação e sentido de responsabilidade. É isso que os eleitores esperam de nós!

Sempre procurei pautar a minha participação política por estes valores, apontando os bons exemplos e chamando a atenção para aquilo que entendia dever ser melhorado, sempre no superior interesse dos munícipes.

Generoso no elogio e parco na crítica, porque entendo que as lideranças não são fáceis e o elogio é sempre um incentivo para fazer melhor!

Também entendo que a renovação, na política e na sociedade, é necessária! E, por isso, entendi terminar neste mandato a minha participação na vida autárquica.

Naturalmente que quero aproveitar esta oportunidade para agradecer aos meus pares nesta Assembleia, pares da minha bancada e de todas as restantes bancadas, que sempre foram de extrema simpatia e cordialidade para comigo.

Queria também agradecer à Mesa desta Assembleia, na pessoa do seu Presidente Luis Mourão, a benevolência que sempre me concedeu.

Agradecer ainda ao Executivo Municipal, na pessoa do seu Presidente Miguel Alves, a atenção que sempre dedicou às minhas intervenções.

E, por fim, agradecer aos eleitores que me elegeram, esperando não ter defraudado a confiança em mim depositada.

A gratidão é um sentimento nobre que devemos praticar. E é com muito gosto que hoje o exercito aqui nesta Assembleia, com a sensação do dever cumprido! Muito obrigado a todos! E até sempre!”



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Henrique Graciano Varela Gonçalves**, secretário da Junta de Freguesia de Âncora, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social e leu o seguinte:

“Poderia começar esta intervenção por me congratular com as obras que vão sendo feitas na minha freguesia de Âncora.

Mas senhor Presidente, vou escusar-me de comentar obras da valia, por exemplo: da Rua do Sobrado, da Rua do Calvário, da Requalificação da Escola Primária, tal como entendo, me era devido, mais que não fosse, como balanço do muito e bom trabalho que foi mutuamente desenvolvido na minha freguesia ao longo deste mandato:

Não o faço... Quero em poucas palavras dizer como aplaudo a audácia que faz de V. Ex. um grande Presidente de Câmara, um grande amigo das Juntas de Freguesia e do concelho de Caminha em geral.

Porque a novidade que é hoje veiculada, pelos vários meios de comunicação, faz cair por terra, ao mais comum dos mortais, o mais leve sentimento de egocentrismo, se cometermos o erro de considerar que reivindicar o que merecemos é querer para nós mais do que para os outros.

Mais uma vez V. Ex^a. não embandeirou em arco, não prometeu e logo deixou cair a promessa.

V. Ex^a. Surpreendeu tudo e todos ao desfazer uma PPP que asfixiava o concelho, que mantinha amordaçadas as Juntas de Freguesia, e que retirava capacidade de resposta da autarquia às mais simples necessidades da população do Concelho.

V. Ex^a senhor Presidente, devolveu património ao concelho e restaurou a liberdade financeira, que certamente, estou em crer, se irá refletir em melhores acordos financeiros com as Juntas de Freguesia.

Logo, com mais e melhor serviço público prestado às populações.



Assembleia Municipal de Caminha

Daí resultando, espero eu, o início do fim do estatuto de parente pobre da administração pública e gestão autárquica, com que as Juntas de Freguesia convivem e se debatem.

Não tenho duvidas que conseguirá V. Ex^a dotar as Juntas de Freguesia no futuro próximo dos mecanismos que permitam mais autonomia, mais liberdade de ação, mais obra, em suma, melhores condições de vida para todos.

Bem-Haja Sr. Presidente”.

O **Senhor Deputado Rui Lages**, mais uma vez saudou todos os presentes e deu início à sua intervenção, onde leu o seguinte:

“Estes últimos quatro anos de gestão autárquica foram marcados por uma nova forma de fazer política.

Uma forma de fazer política mais transparente, mais participada e acima de tudo mais responsável.

Foi com este espírito que em 2013 nos apresentamos a eleições e foi esse o voto de confiança que os munícipes de Caminha nos deram, quando disseram sim ao projeto apresentado pelo Partido Socialista, liderado por Miguel Alves.

A nossa terra democratizou-se, o nosso território foi valorizado, as pessoas foram ouvidas e acarinhadas, a oferta cultural e o espaço público foram qualificados.

Este executivo fez aquilo que nenhum outro fez. Qualificou os espaços degradados e muitos deles abandonados, dando-lhes uma nova vida; construiu espaços de cultura e de lazer; apoiando as nossas coletividades e associações.

A poucos metros deste edifício onde nos encontramos, podemos disfrutar da Nova Biblioteca Municipal. Uma obra que requalificou todo um quarteirão no centro histórico de Caminha e que tem todas as condições para a prática de leitura, de estudo e de lazer.

Mas, fez-se mais! O museu municipal encontra-se totalmente reformulado indo de encontro às exigências de um novo público, cada vez mais culto, cada vez mais sensível e reivindicativo.



Assembleia Municipal de Caminha

Apostamos em força no Festival de Vilar de Mouros, que uma vez mais demonstrou ser um enorme sucesso e que veio para ficar. Graças ao Presidente Miguel Alves há festival, há mais dinamismo e há mais economia.

Não posso deixar de referir que, foi com este executivo que se deu vida ao Cineteatro dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora. Uma obra que a todos nos orgulha e que finalmente trouxe a dignidade que lhe era exigida.

Muita obra foi feita, muito caminho foi percorrido, muitas dificuldades foram encontradas. Mas, mesmo assim, Miguel Alves conseguiu requalificar o Mosteiro de São João D'Arga; reconstruiu o Estádio Ilídio Couto; construíram-se ecovias por todo o nosso litoral; investiu-se fortemente no saneamento nas nossas freguesias; reconstruíram-se escolas; ergueu-se a bandeira azul em Vila Praia de Âncora; fizeram-se arruamentos e, finalmente, deu-se início à tão desejada obra do cais dos pescadores.

Há obra! Há trabalho feito! Há competência à frente dos destinos da Câmara Municipal!

E essa competência é por demais evidente na notícia que hoje saiu a terreiro sobre o processo de desmantelamento da parceria público privada das piscinas de Vila Praia de Âncora.

Muitos parabéns Sr. Presidente Miguel Alves.

Finalmente! Finalmente o município de Caminha vai poder largar-se das amarras dessa parceria ruinosa que nunca deveria ter existido.

Só um homem com a sua garra e determinação poderia por fim a este abuso execrável que pendia sobre as costas dos munícipes deste Concelho.

Mas façamos um pouco de história coletiva para avivar as memórias perdidas.

O anterior executivo do PPD/PSD, liderado pela Dr. Júlia Paula Costa, quis construir uma piscina em Vila Praia de Âncora.

Em vez de assumir a construção da mesma, ou pedir um empréstimo bancário, aquele executivo PPD/PSD quis e fez uma parceria público privada.

A parceria estipulava que os privados ficassem com 51% do capital e o Município de Caminha com os restantes 49%.



Assembleia Municipal de Caminha

Neste convénio, o anterior executivo de Júlia Paula Costa assumiu pagar até 2033 a módica quantia de 19 milhões de euros. Sim, ouviram bem, 19 milhões de euros é o que custa a piscina de Vila Praia de Âncora! Qual piscina Olímpica...

Mas, a Câmara do PPD/PSD, achou que pagar 19 milhões de euros era pouco. Achou que era pouco e cedeu o direito de superfície do Largo Calouste Gulbenkian, do Largo Luís Feital Carneiro, do Largo da Feira e do terreno onde está implantado o Mercado Municipal de Caminha.

Pois bem, para quem na sabe, estes terrenos, ao dia de hoje, não pertencem ao município de caminha, não pertencem à junta de freguesia de Caminha, não pertencem aos munícipes deste Concelho. Estes terrenos estão nas mãos dos privados, são para os privados sem que a Câmara possa fazer nada sem a autorização destes.

Se isto não é um contrato ruinoso, então o que será?

Pois bem, o nosso Presidente Miguel Alves chegou a acordo com os privados que constituem a PPP e, com a sua capacidade negociai, conseguiu que:

- 1.º as piscinas deixem de ser de uma PPP dominada por privados e que passe a ser propriedade exclusiva do Município;
- 2.º dos 19 milhões de euros que as piscinas custariam aos munícipes de Caminha e que teriam que ser pagos até 2033, passará a custar cerca de 6.2 milhões de euros, isto é, vamos pagar menos 13 milhões de euros;
- 3.º o acordo não tem nenhuma contrapartida para além do pagamento a pronto dos 6.2 milhões de euros;

Com este acordo, o Município vai pagar um terço daquilo que estava previsto pagar e, ao invés de pagar 1 milhão de euros por ano, pagará cerca de 300 mil euros.

Com este acordo, os terrenos de Caminha voltam a ser do Município e das pessoas, permitindo, finalmente, que se possa avançar para a obra do novo mercado municipal de Caminha.

Como se vê, o executivo Miguel Alves recuperou património e resolveu um cancro financeiro que nos ia asfixiar até 2033.



PA
Z

Assembleia Municipal de Caminha

Agora, estão criadas as condições para olharmos o futuro com outros olhos. Afugentemos este passado, construamos o presente para termos um grande FUTURO!"

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse que ainda à pouco tempo se realizou ali a primeira Assembleia Municipal, e quatro anos passaram e hoje já ali estão na última, nas despedidas, e é isso que ele ali hoje quer fazer, e começa por agradecer à sua bancada a confiança que depositou nele ao longo destes quatro anos em ter sido o seu líder, espera que o tenha feito de forma que os tenha agradado, agradeceu também ao Senhor Deputado Manuel Amial que hoje cessa as suas funções na vida política, pela sua isenção, pela sua verticalidade que é um exemplo para futuros Deputados que amanhã poderão ali estar. Deixou também o Senhor Deputado uma palavra de agradecimento e amizade à bancada do Partido Socialista e à CDU, independentemente das suas divergências políticas, existem amizades estabelecidas entre todos e as quais se devem manter. Desejou também o Senhor Deputado as maiores felicidades políticas ao Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores que se voltam a recandidatar, mas, no entanto, referiu o Senhor Deputado que como o Senhor Presidente sabe independentemente do elogio feito pelo Senhor Deputado Rui Lages, volta a frisar o Senhor Deputado Rui Taxa que o Senhor Presidente prejudicou gravemente Vila Praia de Âncora, os Ancorenses e os Caminhenses, e neste momento de despedida não o pode deixar de referir, porque, julga o Senhor Deputado que Vila Praia de Âncora foi prejudicada quando o Senhor Presidente lá deixou construir aquela grande superfície o "Continente", a qual veio destruir o comércio local, e a postura que teve aquando do encerramento da Ancorensis, Cooperativa de Ensino, o qual foi cúmplice, porque traiu a direção, e não o pode ali deixar de dizer e fá-lo com toda a sinceridade e com todo o reconhecimento que tem por ele. Assim, como não pode



Assembleia Municipal de Caminha

de ali deixar de dizer que o Senhor Presidente prejudicou os Caminhenses com PDM que ali levou, foi um prejuízo silencioso que atingiu todos.

Ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse o Senhor Deputado que por toda a sua performance ao longo destes quatro anos, não lhe pode perdoar pela forma em como tratou a liberdade de expressão quando se realizou a Assembleia Municipal extraordinária de 09 de junho em Vila Praia de Âncora, porque o Senhor Presidente serviu-se do regimento para atropelar a liberdade de expressão, e isso o Senhor Deputado nunca se irá esquecer ao longo do tempo, nesse momento o Senhor Deputado convidou-o a demitir-se do cargo, onde teve a oportunidade de sair pela porta grande, mas, o Senhor Presidente volta-se a recandidatar, porém, no dia 1 de outubro o povo o dirá.

Para terminar o Senhor Deputado, deixa uma palavra de apreço e gratidão à Anabela Monteiro, pelo profissionalismo e pela dedicação que sempre dedicou a esta Assembleia Municipal, em especial durante estes quatro anos, e pela forma correta que sempre lidou com ele como líder de bancada, onde agradece em seu nome e em nome da sua bancada.

O Senhor Deputado Manuel Falcão, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e leu o seguinte:

“Reunimo-nos hoje pela ultima vez no presente mandato é tempo de fazer um balanço do que foi a nossa intervenção, enquanto membros do órgão mais representativo da democracia local, quanto é a Assembleia Municipal.

Para fazer um balanço destes quatro anos é de inteira justiça que, antes de mais, dirija uma efusiva felicitação ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que, investido de uma das maiores responsabilidades que um representante local pode ter e que é a de presidir, com rigor, imparcialidade e independência a um órgão plural e diverso, deu-nos um exemplo de democracia, liberdade de expressão, tolerância e elevação moral e política que todos os democratas reconhecemos e



Assembleia Municipal de Caminha

registamos, não só enquanto 'membros deste órgão, r:as também enquanto cidadãos.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, cumpriu inteiramente o seu papel de último guardião da pluralidade e da democracia deste plenário e por isso pode estar orgulhoso do desempenho da sua função, para a qual, aliás e em boa hora, se decidiu recandidatar.

Durante as muitas sessões em que se devia discutir a política local e a gestão do atual executivo camarário, o nosso presidente, e nele aproveito para felicitar pelo seu irrepreensível trabalho os restantes membros da mesa da AM, soube superar os ataques de carácter que lhe foram dirigidos, injusta e infundadamente, nas episódicas intervenções de um ou outro deputado do maior partido da oposição, enveredando em todos os casos, mesmo quando as palavras o feriam na sua dignidade pessoal e de democrata, que é na pluralidade que enriquecemos a democracia e a liberdade.

Bem-haja Sr. Presidente, vou ter saudades suas, porque aqui não estarei no próximo mandato. No entanto, conte com o meu apoio, a minha amizade e admiração.

Recuperámos em 2013 a democracia plena no nosso Concelho. Devolvemos aos munícipes a liberdade de expressão, sem medos, nem escolhas, ao contrário do que antes sucedia. Reforçamos, a participação cívica, dando instrumentos para a construção de um Concelho de todos e para todos. Criamos o orçamento participativo, permitindo aos munícipes a escolha de projetos concretos a desenvolver no Concelho com investimento municipal; Demos total transparência ao exercício do poder municipal com a transmissão em direto das sessões da Assembleia Municipal; Descentralizamos as reuniões do executivo camarário, aproximando a participação cívica de cada freguesia.

Estes foram passos muito importantes na implementação de uma verdadeira democracia representativa e participada por todos.

Mas fomos mais longe no exercício do respeito por todos. Por exemplo, demos uma nova importância à oposição que, ao contrário do que antes sucedia, passou a



Assembleia Municipal de Caminha

poder ter voz nas comemorações do 25 de Abril, sem embargo de o maior partido da oposição aproveitar esse ensejo para a chicana e maledicência a que nos habituou, esquecendo-se, sem surpresa, da verdadeira importância da celebração da efeméride da Revolução dos Cravos. Também, ao invés do que antes sucedia, foram postos à disposição da oposição os meios logísticos do Município, incluindo uma sala no edifício municipal, para a sua instalação.

Em quatro anos, a Câmara Municipal do Partido Socialista deu provas de que a democracia ganha com a pluralidade de opinião, ao contrário do que faziam os que governavam antes, que sempre tentaram calar a voz aos que não eram deles e não comungavam das suas ideias.

Hoje é com convicção e orgulho que me dirijo aos munícipes de Caminha com a certeza de que a gestão local foi feita por todos. Cada um dos munícipes que assim pretendeu, pode contribuir para a gestão do nosso Concelho e quem não o fez ou não o quis fazer terá de viver com a certeza de que a voz do povo, enquanto o Partido Socialista estiver na Câmara Municipal e na AM, não será calada, nem será alvo de censura ou opressão.

Enquanto o Partido Socialista for o mais representado na AM, respeitará a sua oposição, mesmo quando esta se esquece do importante papel que desempenha em cada sessão e prefere promover ataques pessoais e infundados ao invés de lutar efetivamente pelos interesses do município e da nossa população.

Foi com todo o sentido de responsabilidade que no, últimos quatro anos desempenhei funções nesta AM e acompanhei o trabalho do executivo camarário, escrutinando a sua ação e deliberando sobre grandes e importantes decisões para os nossos munícipes. E é por isso que me arrogo do direito de criticar aqueles que se afastaram dos deveres inerentes à sua condição de eleitos, tornando, assim, a nossa democracia mais pobre.

Hoje despeço-me destas funções com a certeza de que pelo meu Concelho, por uma melhor democracia, por um maior bem estar dos nossos concidadãos e que dei o meu contributo para termos um município melhor, como de facto temos. Outros me seguirão e fá-lo-ão com tanta seriedade, empenho e competência, como



Assembleia Municipal de Caminha

a que procurei incorporar em cada ato, em cada intervenção, em cada deliberação...

Cada um de nós pode e deve deixar a sua pequena marca na história do Concelho de Caminha pois, mais do que lembrarmo-nos dos nossos desempenhos pessoais, iremos sempre lembrarmo-nos do contributo que demos para o bem estar coletivo.

A última palavra, para mostrar publicamente a minha gratidão e o meu regozijo em ter trabalhado com um grande Presidente de Câmara, com uma grande equipe por ele liderada. Obrigado Miguel Alves por tudo o que de muito fizeste e, estou absolutamente certo, vais continuar a fazer pelo Concelho de Caminha e pelos seus Municípes. Obrigado Miguel Alves por teres devolvido a todos a dignidade e a esperança. Muito ainda tens a dar ao teu, ao nosso Concelho, por muitos e bons anos. Conta com o meu apoio já no dia 1 de outubro de 2017. Estarei ao teu lado e, como eu, milhares dos nossos Municípes.

Caras e Caros Amigos:

É o momento de encerrar um ciclo político e dar espaço novos intervenientes. Não quero deixar em nenhum de vocês a marca da hostilidade e muito menos da inimizade. Todos sabem que não é essa a minha forma de estar na vida e na política. Apenas, alguns, muitos pensamentos diferentes. Nada mais do que isso.

Um grande abraço para todos e até sempre.

Viva o Concelho de Caminha”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção e leu o seguinte:

“A Assembleia Municipal de Caminha reúne hoje, ordinariamente, pela última vez neste mandato e quis a Mesa e o Sr. Presidente, agendar esta sessão para o início do mês, diferente do habitual, deixando de fora da ordem de trabalhos matérias normalmente decididas na sessão de setembro. A CDU não vê qualquer problema na antecipação da reunião, mais até porque respeita o calendário regimental, embora possa ter a sua interpretação própria, sobretudo no que respeita à ordem



Assembleia Municipal de Caminha

de trabalhos que revela um ato formal da Assembleia Municipal de Caminha, algo que de resto temos combatido. Defendemos ao longo dos anos que, sendo este o órgão máximo do município, por força da Lei e da Constituição da República Portuguesa, deve merecer o respeito de todos, tanto na forma como no conteúdo do que aqui se discute, como também no cumprimento das decisões tomadas. Mas também é certo que só uma grande boa vontade, usando algum eufemismo, antevê que não se exercerá uma ação política de índole partidária nesta sessão, tal como aconteceu em todas, só porque esta se realizará mais cedo. Senão vejamos, da parte da CDU, distingue-nos a matriz ideológica que garante às populações a defesa das suas justas reivindicações sem deambulações ou interesses, fazendo das nossas intervenções a afirmação clara dos trabalhadores e do povo, da igualdade e equidade, respeitando os órgãos de soberania nacional, e, localmente, as autarquias, não deixando de, por mais que custe a outros partidos, que é ao povo de Caminha e ao povo Português que cabe decidir o seu futuro. E isto é, inegavelmente uma ação política, de índole partidária, assumimos, que não deixará de se fazer sentir sempre e em qualquer lugar. Outros partidos preferem fazer da intervenção política, mesmo que apartidária como dizem, a sua forma de estar em todas as reuniões, permitindo, ou sendo mesmo atores, de ofensas várias aos órgãos do município, e não será, uma vez mais, a data da reunião que os fará intervir de forma diferente, como não o fez a transmissão em direto das sessões. Por isso vemos o que se difunde destas sessões; por isso, pelo que às vezes lemos no regabofe político que as redes sociais alimentam, julgamos até que não estivemos nessas sessões, tal é a ordem de afastamento entre o que se passou e o que se difundiu. E nesta matéria tem o PSD local uma capacidade única, à qual por vezes é impossível ser indiferente. O PSD nesta casa foi o único partido a não aprovar uma moção pela dignificação da Assembleia depois que serem agentes de crispação, permitindo ofensas aos eleitos. O PSD que, tal como fez a CDU, deveria ter dado o combate político de oposição consequente, acabou por fazer do seu exercício uma constante ação de campanha, criando momentos que em vez de esclarecedores desestabilizaram o funcionamento deste órgão. O PSD foi o único



Assembleia Municipal de Caminha

partido que, perante as decisões judiciais que resultaram do seu período de liderança na Câmara Municipal de Caminha, se recusou a aprovar empréstimo para pagamento dos valores a que o Tribunal obrigou o município. O PSD foi o único partido que para tentar atrasar ainda mais a revisão do PDM, que não conseguiu fazer em 12 anos à frente da Câmara Municipal, trouxe, por um presidente de junta, como argumento único a defesa de empresários imobiliários, como se a gestão do território fosse por eles definida. O PSD foi o único partido que neste órgão máximo do município se ancorou sempre no passado, reclamando constantemente o poder perdido, deixando à CDU, sozinha, o exercício de oposição.

Mas a CDU também não deixa de ser alvo deste PSD que faz leituras muito particulares da sua ação e da dos outros. Em pleno decurso do festival de Vilar de Mouros, quando todos os responsáveis políticos deveriam estar interessados no seu maior sucesso, resolve o PSD local difundir nas redes sociais um texto, completamente despropositado, ensombrando o Festival, a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros e o seu presidente, e ainda a Câmara Municipal de Caminha. Não deixa de ser estranho que o façam e depois concorram a esses órgãos. Não deixa de ser estranho que o PSD ainda julgue que os órgãos autárquicos são dos partidos. É estranho que alguém maldiga algo que pretende liderar. Mas no caso do Festival de Vilar de Mouros, é ainda mais grave porque falamos de um património cultural que valoriza o próprio país, e que por mais que vos custe, há de ser de Vilar de Mouros e do Município de Caminha, das gentes do vale do Âncora e do Coura-Minho, independentemente dos partidos que liderem as autarquias. A CDU nunca acreditou, e por isso combateu como pôde, o modelo que, em 2013, e contra a vontade de todos, o PSD quis impor para o festival de Vilar de Mouros, no entanto não virou as costas à Câmara Municipal de Caminha quando esta decidiu, já com o PS na liderança, manter o protocolo assinado pelo PSD. E ainda falam vocês de falta de democracia; ainda desafiam os ideais de Abril acusando os outros de cometerem o grande mal de discordar desta direita que localmente é igual ao diretório nacional, que ataca as ideologias dos outros e os acusa das práticas que o próprio PSD tem. Mas mais grave, parece-nos, é que, localmente,



AD
E

Assembleia Municipal de Caminha

deixa o PS livre para poder agir como bem entender, porque faça o PS o que fizer na liderança da Câmara Municipal, já se sabe que o PSD irá sempre dizer que está mal, colando a CDU quando convém, argumentando que só no tempo em que o PSD liderava o município é que este era bem gerido. Só nesse tempo é que a Câmara podia solicitar a esta assembleia empréstimos sucessivos, endividando o município. Só nesse tempo é que estava certo não pagar a água, apesar dos munícipes o fazerem todos os meses. Só nesse tempo é que estava certo vender a nossa participação nas eólicas, porque afinal esta era uma forma de energia sem futuro. Só nesse tempo é que estava certo fazer um negócio ruinoso para município como foi o das piscinas, levando-nos a pagar quatro vezes o valor e perdendo direitos de superfície. Só nesse tempo é que estava certo maltratar as autarquias locais impedindo as suas justas reivindicações e manifestações, como aquela que levou os populares e juntas de freguesia de Lanhelas, Vilar de Mouros e Argela à rua contestando o traçado da IC1/A28, e que a Câmara, liderada pelo PSD, não autorizou que se realizasse no dia em que o então primeiro-ministro do PSD Durão Barroso estava em Caminha.

O Festival de Vilar de Mouros está novamente a fazer o seu percurso, e para tal muito contribuiu o papel da Junta de Freguesia na aquisição de terrenos e no melhoramento das condições do local que é hoje espaço de lazer. Muito contribuiu a Freguesia de Vilar de Mouros para, com o apoio do município, valorizar e classificar a Praia Fluvial das Azenhas. Muito contribuiu a população do concelho de Caminha, das gentes do Vale do Âncora e do Coura Minho, que sabem como ninguém defender o Festival de Vilar de Mouros, como defendem outras singularidades do nosso concelho e que fazem parte do cartaz que oferecemos, sem ser importante saber quem é o pai ou a mãe desses eventos. Assim é com o SonicBlast, o AMFF inConcert ou a Música à Volta do Dólmén. Assim é com os certames gastronómicos do Espadarte e da Sardinha. Assim é com os eventos desportivos, dos “trails” ao remo, do surf ao Xtrem Challenge, entre tantos outros que se foram assumindo, como a Feira Medieval ou o Artbeer Fest. O concelho de Caminha pulula de referências tão variadas e tão singulares que este ano até a



Assembleia Municipal de Caminha

Romaria de S. João d'Arga teve mais notícia que o habitual, lembrando que esta comunhão com a natureza tem os seus riscos.

Vivemos e temos a obrigação de gerir um município que facilmente nos oferece a praia e a cultura da Arte na Leira, mas que nos obriga a encontrar outras ofertas para que não se insista unicamente na sazonalidade deste concelho. É necessário outros investimentos, como temos vindo a defender, que gerem emprego na pequena indústria e comércio associados a atividades de mar e outras. É preciso repensar a formação e apoiar a afirmação cultural e artística do município. É preciso investir na ligação transfronteiriça e na educação.

E neste último ponto não deixamos de solicitar a V. Exa. Sr. Presidente da Câmara, que nos informe se este ano os transportes escolares seguirão os moldes do ano anterior. Sabe V. Exa. que disponibilidades de ensino secundário teremos em Vila Praia de Âncora?

A CDU recorda que sempre defendeu que jamais abdicará da oferta de todos os anos de ensino até ao 12º ano em Vila Praia de Âncora. Este ano, a escola pública em Vila Praia de Âncora iniciará com o 10º ano, nos cursos Científico-Humanísticos de Ciências e Tecnologias e de Humanidades. Com o 12º ano completa-se aí a oferta de Secundário, estando todo o ensino básico já garantido anteriormente. No entanto haverá ainda alunos a ser transportados para Caminha. Desta informação que dispomos solicitamos confirmação e ainda que disponibilidade de transporte escolar haverá que evite que alunos de freguesias do vale do Âncora necessitem levantar-se tão cedo.

Finalmente, entendendo a CDU que não haverá qualquer assembleia extraordinária antes das eleições de 1 de outubro, saudamos toda a Assembleia, afirmando o respeito pessoal que queremos estimar por cada um de vós, nas diferenças políticas que nos afastam, mas na certeza de que a vontade de termos um concelho melhor para as gentes dos vales do Âncora e do Coura Minho, nos aproxima”.



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Júlia Paula Costa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse que após todas as intervenções que ali se fizeram e as quais ouviu com muita atenção, existem assuntos que lhe merecem a sua maior atenção e nessa medida não irá poder responder a todos. Disse ainda a Senhora Deputada que para ela foi uma honra em ter estado ali com todos em debater todos os assuntos que ali foram versados, disse também a Senhora Deputada que daquilo que ali ouviu parece que vive numa terra de sonho, mas, infelizmente essa não é a realidade a que se assiste no dia a dia, orgulha-se quando ouve certas pessoas vangloriarem-se do projeto da biblioteca, ou, do de S.João D'Arga, ou, de eventos como a Festa da Sardinha, Feira Medieval, Arte na Leira, ou, até mesmo o Vilar de Mouros, que muitas edições apoiaram com muito gosto e prazer, mas, quer ali dizer a Senhora Deputada que quando se ouve falar tanto de Democracia, transparência, participação e dialogo, não pode deixar de ali deixar de recordar daquilo que se passou em algumas reuniões com alguns munícipes e parceiros no terreno e uma das coisas que tem ouvido como por exemplo do Largo Sidónio Pais que ali foi referido como uma das obras emblemáticas, ou o Nó da Erva Verde que ali também foi referido como uma obra importante, em que os comerciantes se queixam que não foram ouvidos, ou seja, quando se ouve falar de transparência, participação e dialogo, não pode deixar de recordar a Senhora Deputada como a revisão do PDM que foi imposta, mas, v.exas. dirão que não, porque foi aprovada neste órgão municipal, e é através deste exemplo que a Senhora Deputada fala sobre a grande bandeira que o Senhor Presidente hoje ali levou, utilizando uma noticia que tinha saído nos jornais pagos como é natural pela assessoria de imagem do Senhor Presidente, ou seja, paga por todos, e cuja a noticia em titulo diz "Câmara adquire piscinas e desfaz PPP" e refere também, o memorando de entendimento, e lembra a Senhora Deputada que a ultima vez que ouviu falar em memorando de entendimento foi quando a Troika entrou no nosso País, porque os nossos governantes nos deixaram um défice excessivo e já quase sem meios para



Assembleia Municipal de Caminha

se pagar salários e pensões, logo, todos se recordam como sofreram, e nesse momento as Câmaras também sofreram porque foi reduzida a capacidade de endividamento, e passou para 5 milhões de euros; logo, V.exas., vão ali dizer que o poderíamos ter feito de maneira diferente, mas, tinham a mesma legitimidade para o fazer como eles tem. Lembra ainda a Senhora Deputada que a parceria publico privada e tudo aquilo que fizeram foi feito ali por votação da Assembleia e Câmara Municipal e as piscinas foram construídas e estão a funcionar e foram sufragadas no ultimo ato eleitoral, e o povo reconheceu nesse equipamento uma mais valia e curiosamente aparece agora esta noticia e este memorando de intenções, porque não passa disso mesmo.

Lembra ainda a Senhora Deputada que o Senhor Presidente da Câmara não tem legitimidade porque não tem poderes delegados para celebrar aquele memorando, logo ele é ilegal. É um memorando vazio e vale zero. Este memorando usado como marketing sobre compromissos e intenções lá contidos, não foi aprovado em reunião de Câmara nem Assembleia Municipal, nem sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas. A PPP foi aprovada e por isso a sua extinção só terá validade quando e se for aprovada pelos mesmos órgãos e por isso a sua validade é zero, e pergunta a Senhora Deputada, o porquê de no fim de 4 anos, porque foi importante manter durante estes 4 anos o cenário de que não se fazia nada por causa destes negócios ruinosos e explica a Senhora Deputada que o Senhor Presidente nas noticias vindas a público nos jornais, no site do município, na sua página, tudo isto concertado numa grande estratégia de campanha politica, que vai comprar as piscinas a pronto, mas depois verifica-se que afinal vai contrair um empréstimo de 6,2 milhões de euros por 20 anos. Afinal a única coisa que se altera é que em vez de estarmos a pagar um empréstimo por 23 anos na PPP, nós agora vamos pagar um empréstimo por 20 anos”.

Para a Senhora Deputada o empréstimo mantém-se e “ninguém acredita que ao fim de 20 anos os 6,2 milhões de euros vão ser os mesmos. Ao fim de 20 anos estes 6,2 milhões vão custar um valor muito superior que o Senhor Presidente ainda não apresentou, mas que espera que venha a apresentar. Refere ainda a



Assembleia Municipal de Caminha

Senhora Deputada que o Senhor Presidente diz que quando terminasse de pagar as rendas à PPP, nós iríamos ter o equipamento, e que agora o vamos possuir de imediato, mas, isso não é verdade, mas, ao fim dos 23 anos o equipamento voltava as mãos do município. Disse também a Senhora Deputada que o empréstimo que fizeram à Caixa Geral de Depósitos foi de 5.400 milhões de euros e neste momento, ou seja, a Caminha aqui da qual o Município tem uma comparticipação de 49%, e o Município é detentor daquele edifício, e no momento deve-se 4.118.059,42€ o que significa que já foi abatido 1.343.940,60€ e pergunta a Senhora Deputada que sentido tem o Município endividar-se em um valor superior, em 6.2 milhões de euros por um prazo de 20 anos, e dizem que se livram da PPP, isso não é verdade, continuam a pagar uma prestação superior ao banco e ainda assumem um encargo, porque vão suportar as despesa de manutenção e de funcionamento que era o valor acrescido que o anterior executiva pagava na renda. Disse ainda a Senhora Deputada que o Senhor Presidente ao desobrigar os privados de construírem os parques de estacionamento com grande prejuízo para o comércio local, e esqueçam os comerciantes de Caminha a construção destes parques de estacionamento porque a tê-los será sempre através dos parques de estacionamento que vão deixar instalar na nossa marginal e que até já foi anunciada aos concessionários do mercado, portanto, nada o impediu de reconstruir o mercado referindo a Senhora Deputada que essa é a grande diferença entre ele e ela. Ela fez uma opção política e sufragou-a nos órgãos próprios. Construiu as piscinas e foi a votos com isso. Já o Senhor Presidente prometeu tudo e não fez nada. Durante os últimos 4 anos o Senhor só arranjou desculpas para dizer que não fazia e que não cumpria, e ninguém acredita sequer que este memorando de intenções tenha um qualquer efeito nas contas do Município que não seja neste momento uma intenção é mais uma estratégia de marketing é mais uma estratégia para tentar confundir a opinião pública, as piscinas estão aí para serem usadas por todos, o mercado não existe, refere ainda a Senhora Deputada que o Senhor Presidente enquanto candidato à Câmara prometeu aquilo que não podia cumprir ou não quis cumprir, porque os terrenos e



Assembleia Municipal de Caminha

direitos de superfície dizem o seguinte :”o objeto da constituição da sociedade, consiste na concessão, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, equipamento conservação e manutenção dos parques de estacionamento e piscinas municipais em complemento das atividades previstas no numero anterior poderá a sociedade exercer direta ou em colaboração com terceiros atividades acessórias ou subsidiárias do objeto principal, bem como outros ramos de atividades conexos incluindo a prestação de serviços que não prejudiquem a persecução do objetivo ou do objeto a que tenham em vista a pior utilização do seus recursos disponíveis”, logo, refere a Senhora Deputada que não era possível construir os parques de estacionamento sem conceder o direito de superfície, o mesmo aconteceu em Viana do Castelo com a construção do parques de estacionamento da Senhora da Agonia e acontecerá em todo o lado, ou seja, a legitimidade desta proposta ou desta PPP que V.exa. dela quis construir um fantasma, apenas serviu de desculpas para nada fazer, ou seja, diz a Senhora Deputada que continuem com o discurso do marketing, das dividas que todos os dias inventam, dos processos e indemnizações que ainda não pagaram, e não vão pagar, porque a vossa obrigação é defender os interesses da Câmara e não defender os interesses dos privados.

Para terminar a Senhora Deputada, disse em relação à questão do Vilar de Mouros ao Senhor Deputada da CDU que está ali a prova de quem escolheu a empresa de eventos para fazer o festival de Vilar de Mouros foi o Senhor Presidente da Junta e escolheu-a de uma forma unilateral e legitima e foi ele que também decidiu rescindir esse protocolo, refere ainda a Senhora Deputada que também possui ali um officio que passou a ler: “Para cumprimento do estipulado no ponto um do protocolo tripartido assinado venho solicitar a V.exa., o pagamento com vista ao encerramento das contas da edição do festival de 2005 no montante 44.587,50€”, ou seja, refere a Senhora Deputada que foi com o pagamento desse valor que foi possível libertar a marca do Vilar de Mouros, o qual está ali assinado pelo Jorge Alberto Ferreira Gomes da Silva, em 14 de maio de 2009, que por este meio vem declarar que a partir dessa data cede a referida marca, portanto, Senhor Deputado



Assembleia Municipal de Caminha

quem penhorou o património Vilar de Mouros não foi o anterior executivo PSD, mas, foi a Junta de Freguesia e o anterior executivo que ajudou a libertá-la, porque senão a marca Vilar de Mouros neste momento estava nas mãos de um privado e da Porto Eventos.

O **Senhor Vereador Manuel Luis Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse que a razão da sua intervenção tem a ver com a intervenção que ali o Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora foi fazer, mas, pelo que percebeu “fugiu”, lançou a pedra e escondeu a mão, mas, no entanto não deixa de fazer a sua intervenção, e refere o Senhor Vereador que não percebe o que tem a ver a Unidade de Saúde do Vale do Âncora da qual é Coordenador, e muito menos o candidato à Junta de Vila Praia de Âncora com o problema que existiu ou não com a poluição do Rio Âncora. Disse ainda o Senhor Vereador que se o Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora não sabe, porém, deveria de saber que Unidade de Saúde do Vale do Âncora não tem competência de saúde pública, isso compete à Delegação do Centro de Saúde de Caminha, no entanto, vai elucidá-lo, que os casos de diarreia e vómitos que foram diagnosticados como gastroenterite neste Verão não tiveram nem maior, nem menor incidência do que é o normal, referindo ainda o Senhor Vereador que se isso tivesse acontecido tê-lo-ia reportado à Unidade do Centro de Saúde de Caminha e nunca à Junta de Freguesia a não ser que lhe fosse pedido esse esclarecimento. Disse ainda o Senhor Vereador que gostava de perguntar ao Senhor Presidente, apesar de não se encontra na sala, qual a resposta que deu à reclamante, uma vez que ele enquanto Coordenador da Unidade de Saúde do Vale do Âncora não lhe chegou da parte da Junta de Freguesia qualquer pedido de esclarecimento em relação a este caso ou outros, até porque, ele como Coordenador da Unidade de Saúde do Vale do Âncora estaria sempre disponível a prestar todo e qualquer esclarecimento.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que lhe tinha acabado de chegar à mesa uma informação a dizer que o Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora se teve que ausentar por problemas de saúde da sua esposa.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, disse que ia esclarecer as dúvidas levantadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, apesar do mesmo não se encontrar na sala. Começa por referir o Senhor Vereador que a análise feita pelo Senhor Presidente da Junta era, em seu entender, extremamente leviana, porque, estabelecer correlações entre o turismo, a falta de animação cultural e frequência da praia e os problemas que estabelecem com a bandeira azul e o rio, isso é uma grande salsada e até o Senhor Vereador gostava de saber quais os números corretos nessa quebra de turismo, uma vez que a política faz-se em análises serias e devidamente fundamentadas, e tudo o resto é baseada em atoardas que só servem para confundir as pessoas.

Quanto à época balnear em Vila Praia de Âncora, disse o Senhor Vereador que este executivo, desde 2014, tem feito um acompanhamento rigorosíssimo das águas balneares quer no mar, quer no rio, mas, não quer com isto dizer que o anterior executivo não fazia análises das águas, quer no mar, quer no rio, mas, fazia análises sumárias. Atualmente o município faz semanalmente análises da água do rio em vários pontos e no mar, fazem-se análises semanalmente, com acompanhamento de perto e exigência de resultados, e toma as decisões de prevenção que se impõem. Disse ainda o Senhor Vereador que quando as análises que foram registadas com valores alterados, naquilo que se chama a praia das crianças, garante o Senhor Vereador que logo que foram encontradas análises menos próprias, no mar arreou-se a bandeira azul e no rio foi colocada uma placa a desaconselhar a prática de banhos, há inclusive fotografias dessa placa. Tudo isto



Assembleia Municipal de Caminha

foi articulado com a Unidade de Saúde e com a Capitania. Assim sendo, não há aqui desvio nenhum, nem manobra nenhuma, até porque se respeita todas as pessoas que nos visitam. Disse ainda o Senhor Vereador que o problema do rio Âncora tem como causa mais próxima os sistemáticos incêndios florestais na bacia do Vale do Âncora, ou seja, o rio Âncora está com um curso praticamente torrencial, tem grandes caudais na época das chuvas e está praticamente seco na época de verão, e exige intervenções rápidas e atempadas, contudo, talvez muitos não deram por isso, e nesta época baldear a Câmara promoveu duas intervenções para abertura do rio junto à foz, foram intervenções de emergência feitas com a prontidão que os próprios concessionários reconheceram e que permite ter a Bandeira Azul, porque se tem qualidade garantida.

Para terminar disse o Senhor Vereador que a Câmara não tem nenhum tipo de influência na questão da Bandeira Azul, um galardão que é atribuído por entidades independentes e devidamente creditadas, e quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta, refere o Senhor Vereador que só as pode entender como vindas de alguém que não quer a Bandeira Azul em Vila Praia de Âncora, todavia, refere o Senhor Vereador que tudo fará para que Vila Praia de Âncora tenha sempre Bandeira Azul.

O Senhor Presidente da Câmara, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, disse que em principio esta será a última sessão deste mandato e, por conseguinte, refere que foi um privilegio partilhar com cada um aquele espaço de mandato, de debate, mas, também partilhar o debate com as pessoas que estão em casa e que tem vindo a acompanhar estas Assembleias Municipais, e fizeram-no porque foi criada uma nova forma de trabalhar e de apresentar estas assembleia, de as tornar públicas, não as escondendo e mostrando aquilo que são os debates públicos e a forma como se fazem, tudo aquilo que é essencial para que as pessoas possam em determinados ciclos, e até um deles que agora se aproxima, de tomarem uma



Assembleia Municipal de Caminha

decisão. Disse ainda o Senhor Presidente que é com alguma alegria que vê por funções políticas que exerce dentro do partido a nível distrital, que é um pedido recorrente em cada um dos Concelhos do Alto Minho que se faça aquilo que em Caminha se fez de transmitir on-line estas Assembleias, que são acompanhadas por muita gente e que fazem a avaliação sobre aquilo que ali se diz. Disse o Senhor Presidente que vai ali abordar algumas temáticas, no entanto, cumprimenta os Senhores Deputados, aqueles que ali foram de algum modo se despedir dos colegas, Presidentes de Junta e executivo, e sublinha esse momento em três pessoas, no líder de bancada Manuel Falcão, o qual saúda e agradece o seu contributo, apesar de saber que o encontrará nas próximas curvas da vida política, saúda também o Senhor Deputado Manuel Amial, o qual é um deputado leal, cosmopolita que sabe nos seus momentos e quando entende dar força de palavra a cada um dos seus pensamentos, saúda também o Graciano que cessa as suas funções para o próximo mandato.

Disse ainda o Senhor Presidente relativamente aquilo que ali foi dizer o Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora, apesar de não estar ali, cumpre-lhe dar esclarecimento de algumas questões quanto àquelas que dizem respeito à qualidade da água da praia, da conquista da bandeira azul, e sobre essa intervenção do Senhor Presidente da Junta, a qual a considera, algo achincalhante para Vila Praia de Âncora, logo, julga que são outro tipo de atitudes que se esperam de um presidente de Junta e sobre tudo baseadas em factos porque os factos é que nos sustentam aquilo que são as nossas ideias e os nossos pensamentos. Disse ainda o Senhor Presidente que sobre aquilo que foi dito quanto à bandeira azul que ainda hoje é claro para toda a gente que a bandeira azul ainda não foi engolida pela oposição, mas, foi acolhida por Vila Praia de Ancora, porque, durante demasiados anos desistiu-se da bandeira azul, não sabiam resolver o problema da qualidade das águas, porém, agora o problema está em fase de resolução e que os resultados aparecem, porque a bandeira azul não é comprada a nenhum estabelecimento de Vila Praia de Ancora ou de fora de Vila Praia de Ancora, é atribuída por órgãos independentes que atestam a qualidade da



Assembleia Municipal de Caminha

praia e da água do mar, e do rio, e isso faz-se todos os dias para a preservar e se irá continuar a fazer para reforçar o papel da bandeira azul em Vila Praia de Ancora.

Disse ainda o Senhor Presidente que foi com alguma estranheza que viu ali a crítica que não é comum, que depois de quatro anos, por parte do Senhor Presidente da Junta e do PSD de que não se organizou, ou, não se tem eventos suficientes em Vila Praia de Ancora, em quatro anos foram acusados de serem o executivo das festas e das festinhas, pelo que, considera o Senhor Presidente a acusação um pouco estranha, até porque, não há nenhum evento dos que já se fazia antes que se tenha deixado de fazer durante estes últimos 4 anos em Vila Praia de Ancora, mantiveram-se e até promoveram-se outros novos como é o caso do Festival do Bibe de espadarte, Fado Forte, Âncora Folk, Blue Soul, Extreme, Encontro de Tocadores e Bombos, os concertos do Orfeão no Dolmen da Barrosa e muitos outros. E naturalmente, tudo aquilo que tem a ver com o cineteatro renovado que só por si multiplicou em muito os eventos em Vila Praia de Ancora, como o espetáculo do Cancioneiro ou espetáculos com qualidade como o de António Zambujo ou o do Rodrigo Leão, e ainda o cinema que pelo menos em quatro vezes por mês acontece em Vila Praia de Ancora, ou seja, estes são mais eventos sobre aqueles que já existiam, se os que já existiam estavam bem para o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Vila Praia de Ancora com mais estes, julga que tem vindo a cumprir a missão de animação de Vila Praia de Ancora sobretudo no Verão.

Também estranha o Senhor Presidente quando o Senhor Presidente da Junta aponta para uma descida no número de turistas, o que estranha, quando os indicadores que tem, revelam precisamente o contrário, porque, aquilo que os números dizem é exatamente o contrário daquilo que foi dito ali pelo Senhor Presidente da Junta, e na verdade é que este ano ainda não se tem o número sobre as dormidas, mas é sabido que no Concelho de Caminha nunca estiveram tantos turistas como neste último ano, numa subida de 37%, 66 mil dormidas no Concelho de Caminha, um recorde absoluto, embora, pelos vistos criticáveis. Em



Assembleia Municipal de Caminha

Vila Praia de Âncora e segundo os números do Posto de Turismo, o número de turistas aumentou, desde 2014, em 44,4%, e, o Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Ancora poderá atestar estes números, tem facilidade, porque quem está no posto de turismo é um colega do seu executivo, logo, não desconfiará destes números que correspondem ao incremento de 40% em apenas 3 anos em Vila Praia de Ancora.

Agradeceu também o Senhor Presidente as intervenções elogiosas que apenas os responsabilizam e os permitem tentar encontrar um caminho que dê oportunidade a um trabalho que está a ser feito, que não deve ser interrompido e que é um trabalho em direção ao futuro.

Também deu nota o Senhor Presidente de algumas questões que o Senhor Deputado Rui Taxa, levou ali, foram três temas que não abordaria em particular, mas, como discorda totalmente daquilo que foi a sua avaliação sobre a questão do PDM, refere o Senhor Presidente que a revisão do PDM foi pensada, ponderada, estudada e elaborada sobretudo com pessoas de dentro da Câmara Municipal. Foi um trabalho executado de forma exaustiva, houve um período de debate público maior daquilo que é normal e a lei permite, esteve absolutamente transparente, apesar de ser criticado por parte do PSD, esteve demasiado transparente, e aquilo que foi o debate e as sessões públicas e aquilo que aconteceu nas últimas semanas, nos últimos meses veio dar razão ao trabalho que foi feito. Mas, o Senhor Presidente disse que o Senhor Deputado e o partido que representa podia ter resolvido isso facilmente, se tivesse feito nos 12 anos em que esteve à frente da Câmara aquilo que a lei obrigava a fazer, logo, foi herdado um PDM ilegal e tiveram que fazer aquilo que os Senhores não fizeram, foi fazer uma revisão. Disse ainda ao Senhor Deputado que tem ouvido ao longo desta pré-campanha que a revisão do PDM é um dos objetivos do PSD. Mas, refere o Senhor Presidente em primeiro lugar que esta promessa vem da boca de alguém que em 12 anos não o fez, portanto, vale exatamente isso, zero, foi o que não aconteceu em 12 anos em que tinha que fazer essa revisão, e, mesmo alguns especuladores que estão à espera e ansiosos que possa haver uma mudança da Câmara Municipal para que venha um



Assembleia Municipal de Caminha

novo PDM, avisa o Senhor Presidente que qualquer revisão ao PDM que possa acontecer a partir de agora será sempre muito pior na ocupação do espaço para construção e para outros objetivos de investimento do que aquela que está no terreno, ou seja, qualquer uma das opções neste momento, nem que se inicie no dia a seguir a uma tomada de posse, de um partido diferente daquele que está na Câmara Municipal será sempre muito mais restritiva para aqueles que anseiam por uma mudança. E porquê? Porque a legislação hoje em vigor é mais restritiva, e, os investidores ou os especuladores que estão à espera dessa mudança devem ponderar e pensar bem se a devem exigir junto daqueles que a representam do ponto de vista político.

Quanto à Ancorensis disse o Senhor Presidente que não traiu a Ancorensis. A Ancorensis e aqueles que tomaram uma decisão na Ancorensis é que traíram a Ancorensis, é que traíram os pais e os alunos de Vila Praia de Ancora. E aquilo que aconteceu na Ancorensis foi que em 10 cooperantes que decidiram sobre o futuro da Ancorensis, desses 10 cooperantes, 5 abstiveram-se na votação decisiva, 1 votou contra o encerramento e 4 votaram a favor do encerramento. E disse o Senhor Presidente que o Senhor Deputado sabe muito bem quem votou a favor do encerramento da Ancorensis. E foi essa decisão que foi tomada que traiu os alunos e os familiares. Logo, o executivo camarário, o agrupamento e as forças políticas uniram-se para encontrar soluções para que o ensino Secundário em Vila Praia de Ancora pudesse dar resposta aqueles alunos, como a CDU faça-se justiça, e os Presidentes de Junta praticamente todos, exceto o de Vila Praia de Ancora que no momento decisivo em que era necessário acautelar que os alunos de Vila Praia de Ancora ficassem em Vila Praia de Ancora, desertou do combate preferindo dar acolhimento às opções partidárias e deixando as pessoas sozinhas ou pelo menos aqueles que combatiam para que os alunos ficassem em Vila Praia de Ancora, e, hoje existe ensino secundário em Vila Praia de Ancora, ensino publico que está a crescer. Desse modo, aproveita para responder ao Senhor Deputado Celestino Ribeiro, que este ensino está fazer voltar os alunos que foram para Viana para Vila Praia de Ancora, um ensino que fez com que houvesse investimento, com mais



Assembleia Municipal de Caminha

três salas de aulas e uma serie de investimentos no acompanhamento acústico do edifício e outros. Existe um ensino que esta à espera de uma questão relacionada com uma turma do ensino profissional, porque, ainda não há certezas de se poder formar ou não uma turma, e essa é a única questão pendurada que se tem. Disse ainda o Senhor Presidente que este ano em Vila Praia de Ancora se tem mais alunos, o que vem dar testemunho da qualidade de ensino que aconteceu e que foi evidente durante o ano, graças ao trabalho do agrupamento, dos professores e da compreensão das famílias para uma situação absolutamente extraordinária.

Quanto à questão do Continente disse o Senhor Presidente que julga que o Senhor Deputado já percebeu que ele também não concorda com a qualificação que fez sobre o Continente, nem a generalidade da população, ou melhor, 95% da população de Vila Praia de Ancora.

Hoje a questão do Continente é uma questão sanada, mas, até lhe agradece porque do ponto de vista eleitoral até é interessante que a possa colocar e não está nada arrependido porque através daquilo que fizeram com a exigência que fizeram junto do Continente foi possível qualificar a zona do Nó da Cruz Velha a norte de Vila Praia de Ancora, pôde-se melhorar a acessibilidade em toda aquela zona, pôde-se criar uma nova centralidade e pôde-se ajudar as nossas empresas, as empresas que também tem uma especial relação com o Continente e uma das empresas muito beneficiada com o Continente que tem faturado bastante graças a essa ligação é a Campião, pelo que, desse ponto de vista até tem pessoas junto de si que lhe poderão explicar a importância que tem o Continente para estas empresas e para as pessoas que lá trabalham, desse modo, julga o Senhor Presidente que a posição do PSD nestas eleições nessa matéria será diferente relativamente a essa questão.

Para terminar quanto ao Ensino Secundário em Vila Praia de Ancora disse o Senhor Presidente ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro que o transporte escolar se manterá nos mesmos moldes do ano anterior, julga o Senhor Presidente que na próxima reunião de Câmara levarão os acordos com as Juntas de Freguesia na parte que toca aos transportes escolares.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda o Senhor Presidente ao Senhor Deputado que partilha da reflexão que fez sobre a deserção política do PSD relativamente ao seu papel de oposição, julga que isso é evidente, e o Senhor Deputado também sublinhou essa matéria muito bem, o que agradece.

Quanto ao regresso do Festival de Vilar de Mouros disse o Senhor Presidente que foi um projeto abraçado, acarinhado pela Junta de Freguesia de Vilar de Mouros e pela Câmara Municipal de Caminha neste mandato. Mas, houve quem não quisesse que o festival regressasse, e até mesmo houve quem no pico da festa se encarregou de tentar desligar a luz, pois esse é um papel de quem não gosta da festa e quer levar a bola para casa, mas, não leva a bola porque a bola não tem dono, ela é de todos, é património de todos.

Disse também o Senhor Presidente que em primeiro lugar dá testemunho público e está completamente à vontade, porque, todos sabem que o Senhor Presidente da Junta não é eleito pelo seu partido, e está ali à vontade sobre essa matéria.

Mas, a perseverança do Senhor Presidente da Junta de Vilar de Mouros, Carlos Alves, que ao longo de todos estes anos se ter debatido pelo regresso do Festival de Vilar de Mouros que soube ter a inteligência de adquirir a generalidade dos terrenos onde decorre o festival, que permite agora juntamente com a Câmara Municipal de se ter duas edições em crescente o que não havia no passado. Mas, houve um partido que de facto não quis esta matéria e um partido que se portou mal com a Junta de Vilar de Mouros porque, se ouviu ali falar da marca, mas, quando chegou este executivo à Câmara Municipal de Caminha, a marca não era do município teve que a recuperar, dialogando com aquelas pessoas que tinham ficado com a marca e após todo esse esforço é que se conseguiu, e por isso é que surge novamente o festival. Mas, o pior era a forma de trabalhar daquela altura, porque, não foi só acabar com o Festival de Vilar de Mouros, é que depois a Câmara Municipal liderada quis castigar a Junta de Freguesia e a CDU que estava no poder em Vilar de Mouros e durante pelo menos dois anos nem um cêntimo transferiu para a Junta de Freguesia por pura vingança, e esta era uma forma de trabalhar do passado. Logo, não foi só a questão do Festival, não é ser contra o



Assembleia Municipal de Caminha

festival, é que de facto são militantemente contra aqueles que querem e gostam do festival. Portanto, existe ali uma fronteira que deve ser colocada entre quem trabalhou para o regresso do Festival de Vilar de Mouros e quem lutou sagazmente para que o festival não regressa-se, e até teve cuidados de lançar todos os anátemas de insucesso sobre o festival, e por isso para todos aqueles que trabalharam, deixa uma palavra de solidariedade, sobretudo de agradecimento à Junta de freguesia, ao Carlos Alves, ao executivo por ter colaborado sempre com a Câmara Municipal e com os restantes parceiros para que este festival pudesse ter voltado.

E finalmente o Senhor Presidente deixa umas notas sobre a questão da PPP de Vila Praia de Ancora. Porque, foi um tema que marcou muito esta Assembleia, apesar de ser um dia para se debater outras coisas. Refere o Senhor Presidente que não percebe porque é que alguns dos Deputados, nomeadamente do PSD estão tristes relativamente a essa matéria.

Disse assim, o Senhor Presidente que aquilo que ali foi dito pela Senhora Deputada Júlia Paula Costa, relativamente à notícia do Jornal de Noticias, não só é falso como é insultuoso para a jornalista e para o jornal, é insultuoso para a classe política. Não sabe se tem algum exemplo de alguma forma de atuar que conheça bem, mas, o Senhor Presidente refere relativamente a essa matéria que é completamente falso e é insultuoso para a jornalista em questão, não sabe se ela está a ouvir, se está a acompanhar, mas naturalmente ela fará o que entender com essa grave acusação. Contudo, refere o Senhor Presidente que este memorando não vale zero, este memorando é o início de uma revolução naquilo que tem a ver com a afirmação do poder público aqui no Concelho de Caminha e com uma gestão ordenada de cada uma das situações. Em primeiro lugar este memorando é isso mesmo: um memorando de entendimento entre as partes. Entre os acionistas que fazem parte da PPP, ou seja, os privados, e o público que é o município que detém 49%. Perguntam: O porquê de só agora se chegar a este acordo? Muito simples. Porque o contrato que foi feito pelo anterior executivo, sendo ruinoso para o Concelho de Caminha, estava absolutamente blindado do ponto de vista dos



Assembleia Municipal de Caminha

privados. Porque é que eles haveriam de chegar a um acordo se iam receber 19 milhões de euros? Foi complicado chegar a um acordo, mas, julga que este acordo vai a tempo de poder inverter uma situação que era muito prejudicial para Caminha. E com este memorando compromete-se a Câmara e os Conselhos de Administração dos Privados a tomar as deliberações necessárias para que haja extinção da PPP. Compromete-se com isso a Câmara a deliberar em Câmara e a deliberar em Assembleia e comprometem-se os privados a deliberar em conselho de administração, e no grande conselho de administração da PPP, vai ser votada a extinção. E agora coloca-se a questão; extingue-se a PPP, mas, os privados naturalmente têm a haver um conjunto de dinheiro que foi subscrito pela Dr.^a Júlia Paula Costa.

Assim, o Senhor Presidente explica que o acordo a que chegou é do seguinte modo: em vez de se pagar 19 milhões até 2033; o acordo a que se chegou, é que a Câmara vai ter que despende 6.2 milhões de euros que é uma terça parte do valor que estava acordado. Logo, esta é uma boa noticia para o Concelho de Caminha! Exceto para alguns não o será. E perguntam; “E quais são os juros? Muito simples, quando o Senhor Presidente fala em 6.2 milhões já está a incluir os juros. Porque aquilo que se vai pagar aos privados é cerca de 5.2 milhões e o resto é o que se tem de pagar ao banco quando se contrair o empréstimo. Tão simples. E aquilo que se vai fazer com o Banco, porque já se tem a proposta do Banco é contrair um empréstimo para se pagar a pronto ao privado. Foi isso que eles pediram como contrapartida.

Refere ainda o Senhor Presidente, o porquê de entrar ali o Tribunal de Contas? Porque o Tribunal de Contas tem que aprovar segundo as regras de agora, e logo se verá segundo as regras do próximo orçamento de Estado, a contração deste empréstimo. Mas, julga o Senhor Presidente que terá condições para explicar ao Tribunal de Contas que em causa está um empréstimo de 6.2 milhões de euros para resolver um pagamento de 19 milhões de euros que se teria que fazer.

Disse ainda o Senhor Presidente sobre esta questão que existe uma outra nota que é muito importante, é que a PPP que foi aprovada pela Dr.^a Júlia Paula não se



Assembleia Municipal de Caminha

limitou a obrigar ao pagamento de 19 milhões até 2033. Recordando que se está a falar de uma obra que custou 5 milhões, custava 4 milhões, mas houve trabalhos a mais que não se contava, que custaram mais 1 milhão e que agora se tem que pagar 19 milhões. Refere ainda o Senhor Presidente que se desobriga e volta-se a dar ao Município a plena posse de uma série de terrenos, como, os terrenos das piscinas de Vila Praia de Ancora e os terrenos adjacentes, que muitas vezes não se falava, devolvendo a Vila Praia de Ancora uma parte dos terrenos; os terrenos do Largo da Feira, os terrenos do largo Calouste Gulbenkian, os terrenos do Largo Luís Feital Carneiro, em frente à Junta de Freguesia e os terrenos onde está implantado o mercado municipal. Estes terrenos estavam limitados na sua utilização, careciam de autorização por parte dos privados para que o município, e todas as pessoas, os pudesse utilizar, mas, isso deixa de acontecer porque se extingue a PPP, paga-se o valor e os terrenos voltam a ser de todos os munícipes. E finalmente a posse plena. Ou seja, esta questão permite fazer muitas coisas, permite avançar para a obra do Mercado Municipal, que não estava autorizado, não se tinha essa autorização, como por exemplo não se tinha autorização para cobrar valores da feira, não se tinha autorização da feira medieval e fazia-se à revelia dos privados. E depois, ouve-se comentários durante o dia, mas, ouvir a Dr.^a Júlia Paula que se fez um mau negocio, porque agora só está em causa 4 milhões, que se tinham que pagar, e que se vai contrair um empréstimo de 6 milhões e que isso é um mau negocio, dá para ficar estupefacto, porque foi a própria Dr.^a Júlia Paula que depois de constituir uma PPP assinou um contrato de arrendamento para fins habitacionais. Esse contrato de arrendamento faz com que a PPP, depois de construída arrende ao município todo o espaço obrigando o município a pagar uma renda. É um contrato de arrendamento para fins habitacionais, mas curiosamente, se não se engana e se estas assinaturas não são falsas, foi assinado pela Dr.^a Júlia Paula Costa como segunda contraente. Este contrato tem dois anexos e no segundo anexo que podem ver ali no ecrã vai ter um plano de atualização das rendas que obriga até 2033 a Câmara Municipal a pagar 19.6 milhões de euros. E



Assembleia Municipal de Caminha

esse documento está ali, faz parte do contrato de arrendamento e tem a assinatura da Dr.^a Júlia Paula que obriga o Município a pagar este montante.

Logo, refere o Senhor Presidente que não venham atirar areia para os olhos, nem deixem funcionar o vosso argumento político pela azia de não o terem conseguido, e serem eles os protagonistas de algo que revolve um problema grave do município e que ajuda a catapultar o município para o futuro, pelo que este é um tema muito elucidativo sobre a forma de trabalhar do passado e a forma de trabalhar do presente.

Para finalizar o Senhor Presidente refere que para quem prefere estes negócios de 19 milhões, àquela resolução de problemas de 6 milhões sabe exatamente onde encontrar essa forma de trabalhar, essa forma de ação política.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, propôs réplica, para a qual houve inscrições.

A **Senhora Deputada Júlia Paula Costa**, disse que com tantos elogios que o Senhor Deputado Manuel Amial recebeu, só pode ser um orgulho para a bancada do PSD, porque, isto é um sinonimo que na bancada do PSD prevalece o funcionamento e a liberdade, ninguém está sujeito a qualquer disciplina, todos são livres de se exprimir como quiserem, logo, este exemplo é sinonimo de duas coisas quando comungam da mesma opinião, falam “viva a democracia”, quando discordam, isso, é falta de democracia, ou seja, o PSD não tem democracia, mas, a democracia faz-se no uso da palavra, e os senhores muitas das vezes não gostam daquilo que ali se fala. Refere ainda a Senhora Deputada que o Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora foi eleito para defender os interesses da sua população, e não houve uma palavra em relação a tudo aquilo que ele ali referiu como a limpeza urbana, a qual tem sido uma vergonha nas duas Vilas, ou, os terreiros vazios que são o grande sinonimo de crescimento do turismo, e, em Julho as nossas praças e ruas estavam vazias, e o comercio a queixar-se pela baixa que tem no seu negocio, uns a fechar e outros a definharem, e aquilo que dá a



Assembleia Municipal de Caminha

entender é que vivemos num Concelho completamente diferente daquele que o Senhor Presidente acaba ali de descrever.

Quanto à PPP disse a Senhora Deputada que aquilo que ali fez o Senhor Presidente foi um exercício de pura demagogia, referindo que esta PPP não foi aprovada pela Dr.^a Júlia Paula, foi sim, aprovada neste órgão, pelo que deve ter respeito pelas democracias que o antecederam, porque a Dr.^a Júlia Paula apenas é candidata e o Senhor quer é atacá-la, logo, não deve omitir a realidade, porque essa não é a realidade, porque a legitimidade da PPP tem a mesma que o seu memorando se o Senhor ganhar as eleições, as quais espera que não as ganhe. Disse ainda a Senhora Deputada que relativamente as rendas de 60 mil euros que o Senhor diz que paga, essas rendas são exatamente a forma de pagar ao banco, esse é o valor que é devido pela construção das piscinas que foram 5 milhões e o restante que se paga mensalmente nas rendas é para a conservação e manutenção que o Senhor quando fizer esse negocio vai ter que assumir essa despesa, referindo como exemplo que em Vila Nova de Cerveira as despesas de conservação e manutenção foram 3 milhões de euros, pelo que se deve preparar para assumir essa despesa, ou seja, não se prepare porque esse memorando não vai ser assinado e essa despesa não vai onerar o Município de Caminha, e até porque o Município de Caminha enquanto a Senhora Deputada esteve em exercício de funções pagou sagradamente as rendas das piscinas e o Senhor é que não as pagou e deve cerca de um milhão de euros e esse é o seu problema para negociar com os parceiros privados e até porque ninguém consegue fazer bons negócios tendo um milhão de dividas para pagar, não tendo os pagamentos em dia, logo, aquilo que o Senhor foi ali dizer é que ao fim de 23 anos iam pagam 19 milhões e agora a pronto pagamento vamos reduzir uma divida para 6 milhões, ou seja, o Senhor descobriu uma entidade bancaria que empresta 6 milhões de euros a 20 anos e não cobra juros, logo, aquilo que ali está a dizer é que o empréstimo que vai contrair não vai cobrar juros, ou, encargos e refletir-se numa divida que não é de 6 milhões, mas, será no valor que se irá pagar ao final desses 20 anos , e aquilo que o Senhor Presidente ali referiu é que vai substituir um



Assembleia Municipal de Caminha

encargo por outro, vai transferir para o Município de Caminha um encargo por 20 anos de 6 milhões de euros, porque não pagou as suas rendas, e o privado já percebeu que mais vale este negocio, porque, assim também se está a livrar de um edifício que começa agora a dar despesa de manutenção e conservação.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse ao Senhor Presidente que a sua intervenção é sobre esta forma de atuar, e por isso mesmo é que a CDU tem feito as intervenções que tem feito. Mais disse, dirigindo-se aos eleitos do PSD, que “Vs. Exas. vão falseando um pouco as histórias, contando meias verdades às pessoas. E as provas estão nas vossas mãos, porque, vieram aqui dizer que foi na vossa gestão que se salvou o Festival de Vilar de Mouros, pagando cerca de 40 mil euros, mas, aquilo que não disseram, e que podiam ter dito e feito, era ter mostrado a todas as pessoas que ali estão que o ofício que receberam foi da Porto Eventos e não da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros. E porquê? Porque se tratava de compromissos que o Município assumiu com a Porto Eventos e não com a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, e, na verdade, como contrapartida, e aí, teimosamente, e uma vez mais provando a toda a gente, em particular à população de Vilar de Mouros, Vs.Exas. castigaram Vilar de Mouros. E ao castigarem Vilar de Mouros provaram que na verdade nunca gostaram e não gostam do Festival”. Continuou dizendo que têm a certeza absoluta que no meio desta história do Festival, o PSD e os eleitos do PSD, ainda vão aprender a gostar do Festival, mas devem dizer a verdade as pessoas, ou seja, os 40 mil euros foram para pagar os compromissos que Vs. Exas. assumiram com a Porto Eventos e não com a Junta de Freguesia; não era dívida da Junta de Freguesia, mas sim do Município, só que quem afinal a pagou, foi a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros. “Esses 40 mil euros eram da Freguesia de Vilar de Mouros”, disse.

A **Senhora Deputada Júlia Paula Costa**, agradeceu a interpelação do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, uma vez que todos já perceberam sobre este bom ambiente entre a CDU e o PS, e a verdade dos factos estão na mão da



Assembleia Municipal de Caminha

Senhora Deputada e os quais vão ser divulgados, porque o Senhor Deputado lançou uma suspeita e uma questão tão obvia que o terá que esclarecer, e refere a Senhora Deputada que o protocolo do Festival de Vilar de Mouros foi feito entre a Junta de Freguesia e a Musica no Coração e este protocolo vigorou até ao exercício das suas funções quando a Senhora Deputada foi para a Câmara como Presidente da Câmara, e nessa altura o Senhor Presidente da Junta cansou-se de dizer que naquele altura tinha sido um ato de coragem por parte dele, e foi mesmo, e está aí para o comprovar, e a Câmara Municipal anterior não quis subscrever esse protocolo, e não quis ser parceiro de um Festival que todos vocês dizem que é importantíssimo em termos nacionais e internacionais, logo, fazia todo o sentido que este protocolo fosse tripartido, Junta de Freguesia, Câmara Municipal, e empresa selecionada, e findo este protocolo, era preciso outro protocolo, e nessa altura reuniu varias vezes com o Senhor Presidente da Junta para se elaborar um protocolo tripartido, na altura as empresas que estavam no protocolo decidiram separar-se e o Senhor Presidente da Junta de forma unilateral escolheu ele a Porto Eventos e fez-se novo protocolo, e também foi o Senhor Presidente da Junta que denunciou esse protocolo, logo, o Senhor Deputado acabou ali de dizer uma coisa que não é verdade, ou seja, a Câmara não podia ter despesas desse protocolo porque não foi parceira, e está definido no protocolo o que vai assumir, e daí a Junta começou a receber ofícios da GNR a cobrar os serviços referente ao festival no valor 29 733,61€ e se não fosse pago iriam para tribunal, mas, não foi a Câmara que recebeu esses ofícios, e de seguida o Senhor Presidente da Junta foi à Câmara falar com o executivo, portanto, o Senhor Deputado não diga que castigamos o Festival, isso não é verdade, o executivo sempre apoiou os festivais e todos eles tiveram muito sucesso, mas, nessa altura o Senhor Presidente da Junta tinha assumido uma responsabilidade protocolar, e posteriormente foi falar com ela, apercebendo-se que a Porto Eventos tinha registado a marca do Vilar de Mouros e aquilo que ficou acordado entre os dois é que a Câmara assumia aqueles compromissos para que a marca pudesse ser libertada, e como todos podem comprovar com o documento que está em sua posse, mas, refere a Senhora



Assembleia Municipal de Caminha

Deputada que o Senhor Presidente da Câmara gosta muito de ir ali com essa atoarda que foram eles que libertaram a marca, e foram, porque o documento que a Senhora Deputada possui foi assinado em 02 de maio de 2009, pelo Senhor Carlos Alves, pelo representante da Porto Eventos e pelo Senhor Vereador em funções Paulo Pereira, e foi assinado para que a marca fosse libertada, mas, curiosamente esse documento desapareceu e estranhamente, e só foi possível ter acesso a esse documento e mostrado a sua veracidade, porque, entretanto um membro da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros por rebate de consciência lhe fez chegar, e disse que tinham razão e que o documento existia e aquilo que a Câmara Municipal agora diz que fez foi assinar novo documento e libertaram a marca, mas, quem fez esse esforço financeiro, quem pagou para libertar a marca foi o anterior executivo, como o Senhor Presidente bem o sabe, referindo ainda a Senhora Deputada que o Senhor Presidente agora aceitou um protocolo tripartido, e não deixa de ficar satisfeita por isso, que a Câmara agora faça parte desse protocolo porque assim o deveria ter sido sempre, mas, quem faz politica partidária com o Vilar de Mouros não é o PSD, e os documentos irão ser divulgados para prova da sua veracidade afirmando a Senhora Deputada que tem pena que a Junta de Freguesia tenha tido o documento escondido para que o atual executivo venha agora dizer que foram eles que libertaram a marca.

O **Senhor Presidente da Câmara**, refere que bom ter-se de regresso a Senhora Deputada Júlia Paula Costa a um registo que representa bem aquilo que é, e o que está em causa nos próximos 30 dias, ou seja, é saber se se quer este registo do papel que se perde, já assinou, já não sabe, já trocou, este furor de que tanto gosta a Senhora Deputada Júlia Paula, ou, se se quer falar dos fatos e da realidade, mas, o Senhor Presidente prefere a realidade e diz que a Senhora Deputada não gosta do Festival de Vilar de Mouros, não quis o festival de Vilar de Mouros e se o quis não conseguiu que ele acontecesse, foi incompetente para o fazer, e, antes das eleições e porque havia uma promessa eleitoral para que o festival regressasse, à pressa criou um modelo qualquer que quase levou à ruína o nome do festival, mas,



Assembleia Municipal de Caminha

foi este executivo que o resgatou, e a Senhora Deputada representa aqueles que não gostam e não querem o sucesso do Festival de Vilar de Mouros e que tiveram a torcer para que as coisas não corressem bem, porém, saiu-lhes o “tiro pela culatra”, pelo que sente muito o Senhor Presidente e diz ainda à Senhora Deputada, que com este executivo na Câmara não desaparecem papeis, nem registos e os que desaparecem por ventura desaparecem de mãos que eventualmente no passado também teriam artes de mágicas. Mas, quanto a Vilar de Mouros disse ainda o Senhor Presidente que depois de perceberem como tinha castigado a Junta de Freguesia por ser de um partido diferente como o fez com muitas outras Juntas de Freguesia e até mesmo com Juntas do mesmo partido como temos o exemplo de Vila Praia de Âncora que recebia metade do que recebe agora com este executivo. Pergunta ainda o Senhor Presidente relativamente à questão da PPP o porquê da Dr.^a Júlia Paula em 2008 não ter feito nada em relação à questão da PPP, porque não se candidatou a fundos comunitários, porque não fez um empréstimo bancário; E sabe porquê? porque foi incompetente e deixou passar a oportunidade, porque, poderia ter contraído um empréstimo para fazer as piscinas e não o fez; E porquê? porque a Câmara estava numa situação de pré-falência. Pergunta ainda o Senhor Presidente o porquê de não ter usado os 3 milhões de euros que a Câmara recebeu com a venda das Eólicas, e ainda o chegou a dizer em Assembleias Municipais que esse dinheiro era para fazer as piscinas, mas, o que deve ter acontecido com esse dinheiro, foi como esse papel, desapareceram, e aquilo que fez foi uma PPP ruinosa e que agora estão todos a pagar.

Relativamente ainda ao empréstimo disse o Senhor Presidente que o executivo vai contrair um empréstimo no valor de 5.2 milhões de euros e em juros cerca de 1 milhão de euros, mas, a diferença está, é que este mesmo valor transformou-se em 19 milhões de euros que deveria ter pago, e é por isso que as rendas são diferentes, e a diferença é que com este acordo a renda que se vai pagar é de cerca de 25 mil e 700 euros, este valor será até ao último dia em que se paga a última renda, e aquilo que tinham estabelecido ,é que se começava com uma renda



Assembleia Municipal de Caminha

de 51 mil euros, que é mais do dobro, e acabar-se-ia, se não for interrompida esta PPP com 64 mil euros, logo, está aqui a diferença. Disse ainda o Senhor Presidente que a Dr.^a Júlia Paula acabou ali de proferir que com ela a extinção da PPP não se fará, e agora as pessoas é que vão decidir se querem continuar a pagar 19 milhões de euros ou se querem pagar 6.2 milhões de euros e extinguir a PPP e se recuperar os terrenos da Vila de Caminha e de Vila Praia de Âncora.

Disse ainda o Senhor Presidente que a Senhora Deputada diz que ele não vai pagar 1 milhão de euros, mas, aquilo que ele não vai pagar são 13 milhões de euros que a Senhora Deputada queria e quer pagar e aqui está a diferença, logo, refere também o Senhor Presidente que não precisa de ter cuidado em relação a toda esta matéria como não precisa de ter cuidado com o “amor platónico” que vê entre a CDU e o PS, mas, gosta muito mais do “amor ardente” entre o CDS e PSD em que o speaker de um é o mandatário de outro, logo, vê-se aí uma relação bem mais próxima do que aquele “amor platónico” que possuímos. Disse por fim o Senhor Presidente que a Senhora Deputada escusa de estar nervosa, porque o combate político faz-se com esta troca de ideias, pois está um pouco ansiosa e agitada, para que cheguem as datas decisivas, mas, não deve estar agitada, porque o combate política deverá ser feito nas ruas, através das ideias, nas redes sociais e os munícipes de Caminha é que vão decidir, pelo que, não há que ter medo, porque quem tem medo “compra um cão”, ou seja, tem que se olhar para o combate político como um combate que deve ser feito através destas ideias e esta Assembleia foi exemplar na diferença entre dois modelos e duas formas de estar na política e de estar em relação aos cidadãos do Concelho de Caminha.

A **Senhora Deputada Júlia Paula Costa**, solicita à mesa defesa da honra e um pedido de esclarecimento, e disse que o Senhor Presidente tinha acabado de ali demonstrar a sua verdadeira faceta, porque quem precisa de calma é ele, porque aquilo que ele ali fez foi um exercício muito triste de democracia, porque entre eles podem existir diferentes ideias, mas, as quais serão discutidas nos sítios e momentos certos e com os documentos certos. Disse ainda a Senhora Deputada



Assembleia Municipal de Caminha

que aquilo que o Senhor Presidente fez naquele bocadinho, foi insultá-la, chamando-a de incompetente, mas, a Senhora Deputada não admite ao Senhor Presidente que perante ela, e do trabalho que fez durante 12 anos, ele não fez nada, e esta promessa que ele hoje ali levou, como uma grande promessa, nada mais é do que uma manobra de diversão para quem distrair de quem nada fez, contudo, refere a Senhora Deputada que não é ao chamá-la de incompetente que essa carapuça lhe cabe, porque não cabe, porque o trabalho que ela fez ao longo de 12 anos em prol da população do Concelho de Caminha vale muito, logo, o Senhor Presidente não é o dono da democracia, como não é o dono das opções políticas tomadas no passado, afirmando a Senhora Deputada que essas opções foram ratificadas por voto direto com três maiorias absolutas, logo, quando o Senhor Presidente insulta a Senhora Deputada não só a está a insultar, mas, também a toda a população do Concelho de Caminha que a escolheu durante três mandatos consecutivos para estar a frente dos destinos do Concelho. Disse ainda a Senhora Deputada sobre o Vilar de Mouros que o Senhor Presidente não lhe dá lições de moral, nem sobre papeis desaparecidos, nem sobre nenhum aproveitamento político sobre papeis, dossiers, ou, insinuações que o Senhor Presidente é perito em as fazer, porque o Senhor Presidente não tem nada para mostrar, e até porque as únicas obras que ele fez durante este seu mandato foram os projetos que ela deixou, porque, de outro modo o Senhor Presidente tinha ainda mais zero. Para Terminar a Senhora Deputada sugere ao Senhor Presidente para que tenha mais respeito e educação pelas pessoas, porque, aquilo que ali personificou, foi exatamente o contrario daquilo tudo que apregoa como sendo o arauto da democracia, mas, não é o arauto da democracia, logo, não dá lições de democracia a ninguém.

O Senhor Presidente da Câmara, disse que a Senhora Deputada o acusa de a ter insultado e gastou todos os minutos a que teve direito a insultá-lo, o que já nem sequer é novidade, como ainda ontem o fez em plena Praça da República onde gastou uma hora a insultá-lo. Disse ainda o Senhor Presidente que não insultou a



Assembleia Municipal de Caminha

Senhora Deputada, apenas valorizou a sua atuação e a Senhora Deputada foi incompetente para fazer regressar o Festival de Vilar de Mouros, não o conseguiu, e se não foi incompetente, foi porque não o quis e isso ainda acaba por ser mais grave, logo, julga o Senhor Presidente que ambos estão preparados para apresentarem os seus programas políticos e a forma de se apresentarem perante o eleitorado, mas, a Senhora Deputada tem um modelo de gestão nesta matéria da PPP que é bem exemplificativo daquilo que deixou enquanto herança, e ele tem um modelo de gestão completamente diferente o qual apela à participação, ao dialogo, e até refere que quando a Senhora Deputada os acusa de não gostarem de opiniões diferentes, quando anos a fio não deixou que por exemplo em plenas sessões do 25 de Abril, quem pensasse diferente que pudesse falar , e isto sem falar do exercício político de poder dentro da Câmara Municipal e da perseguição a funcionários e instituições que não concordavam com a sua maneira de estar, pelo que, refere o Senhor Presidente que ele não a insultou, mas sim , ela o insultou.

A Senhora Deputada Júlia Paula Costa, fez uma interpelação à mesa e disse que fez uma intervenção no uso da defesa da honra, mas, pergunta ao Senhor Presidente da Mesa que não se tinha apercebido que o Senhor Presidente da Câmara tenha solicitado à mesa no uso da palavra para defesa da honra. Uma outra pergunta que a Senhora Deputada fez, foi sobre em que termos do regimento e desde quando é que a Presidente de Câmara decide nas Assembleia Municipais extraordinárias sobre o 25 de Abril de quem usa ou não da palavra, ou seja, as competências das sessões das Assembleia Municipais ordinárias ou extraordinárias são da competência do Presidente da Assembleia e se o são agora no presente também o eram no passado.

O Senhor Presidente da Mesa, disse que o Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra em defesa da honra. Quanto às sessões do 25 de Abril, a sua organização não é do Presidente da Assembleia Municipal.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, solicitou a palavra e lembrou à Senhora Deputada que quem antecedeu o atual Presidente da Assembleia Municipal foi o Dr. ° Francisco Sampaio, e antes, o Dr. ° Abílio Silva, ambos eleitos pelo seu partido, pelo que, não lhe fica bem ir ali dizer que a culpa foi do anterior Presidente da Assembleia Municipal.

O **Senhor Deputado Rui Lages**, solicitou o uso da palavra e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se os 6.2 milhões de euros que ali falou, relativamente ao empréstimo, se já estavam incluídos os juros que vão ser pagos.

O **Senhor Presidente da Câmara**, em resposta ao Senhor Deputado Rui Lages, disse que sim, nesse valor estão incluídos os juros que se vão pagar à banca.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, agradeceu ao Senhor Deputado Manuel Falcão e Manuel Amial, toda a colaboração e respeito que ambos tiveram pelo Presidente da Assembleia durante este período, e propôs um pequeno intervalo para de seguida se passar à ordem do dia.

3.º – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

A **Senhora Deputada Fernanda Viana**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e leu o seguinte:

“Caros e Caras Munícipes,



Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente da Câmara, Dr. Miguel Alves, foi com muita satisfação que verifiquei a atenção que dispensou à Educação, nos quatro anos que durou este mandato.

Com efeito, em apenas quatro anos, pude testemunhar o impulso que foi dado à melhoria de condições para que os nossos e nossas estudantes pudessem frequentar os seus anos de processo educativo, desde os mais pequeninos do ciclo pré-escolar, até aos jovens do ensino secundário e do ensino superior.

No seu mandato, o investimento financeiro em Educação atingiu máximos históricos, fosse na reabilitação de edifícios escolares, na aquisição de livros e outros materiais educativos, na subsídio das refeições escolares, no suporte total - e pela primeira vez - dos custos de transporte escolar para estudantes que frequentam todos os anos de ensino obrigatório, isto é, até ao 12.º ano, e no pagamento de vencimentos dos recursos humanos auxiliares operacionais, bem como o apoio concedido a estudantes do Ensino superior.

Quero recordar a obra feita em Venade, de construção de um novo edifício, que permitiu evitar que os meninos do jardim-de-infância de Venade tivessem que se deslocar para Moledo em virtude do encerramento da escola promovido pelo anterior governo de direita. Nesta mesma localidade, houve ainda, recentemente, a preocupação de desnivelar a passadeira de peões, para que estas crianças saiam da escola em segurança. Foram também objeto de beneficiação as escolas básicas de Moledo e Âncora, obras que se encontram em curso.

Igualmente no seu mandato foi dado um passo histórico, que corrigiu uma grande injustiça no nosso Concelho: a criação de condições para que em Vila Praia de Âncora houvesse ensino secundário público, adaptando o edifício da Escola Básica EB 1, 2 e 3, não só ao acolhimento de estudantes do Ensino Secundário, como também ao alargamento do número de alunos do 3.º ciclo que esta escola recebeu em tempo recorde, situação que a Câmara Municipal, em articulação com o Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, resolveu com mestria. Ainda este ano, esta escola vai ter mais três salas de aula completamente equipadas, mais espaço de recreio coberto e melhor isolamento acústico.



Assembleia Municipal de Caminha

A Câmara Municipal de Caminha foi também consciente da urgência em reabilitar a Escola Básica e Secundária Sidónio Pais, em Caminha, obra que esteve prevista na 4.ª fase das intervenções do Parque Escolar, mas com a entrada no Governo da coligação PSD/CDS foi esquecida. Assim, vai arrancar em breve a empreitada de beneficiação deste edifício escolar, tendo o executivo de Miguel Alves conseguido captar os 3 milhões de euros necessários para a sua concretização.

Consciente que a vida educativa não se esgota nos momentos de aprendizagem formal, foram igualmente objeto da preocupação deste executivo os momentos de lazer para as nossas crianças e jovens. Nos últimos anos tem sido festejado o dia 1 de Junho, com diversas atividades

pedagógicas e lúdicas, com música e teatro, conferências e momentos de consciencialização sobre os maus tratos à infância, materializados na Semana dos Direitos da Criança, organizada pela CPCJ, com total apoio da Edilidade. Igualmente se resolveu, finalmente, outra questão premente para as nossas crianças e suas famílias, que é a ocupação dos tempos livres dos mais jovens, tanto em período letivo como em férias, o que levou ao alargamento dos ATL ao período de verão, com as atividades mais diversificadas, nomeadamente no mês de agosto, o que veio colmatar uma lacuna que os pais sentiam.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Mourão, Senhor Presidente da Câmara Municipal Miguel Alves, caros colegas membros da Assembleia Municipal, questões pessoais impedem-me de continuar a acompanhar-vos no próximo mandato. No entanto, por tudo isto que até agora elenquei, é com enorme satisfação e orgulho que verifico que finalmente foram estabelecidas as medidas que permitem que todas as crianças e jovens tenham igualdade de oportunidades no acesso à educação.

Sei que, como cidadã, esta satisfação continuará nos próximos quatro anos, pois estou certa que Miguel Alves e o restante executivo socialista prosseguirão nesta boa senda, a pugnar para que a comunidade educativa continue a desfrutar das melhores condições que estejam ao alcance do Município.



Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente Luís Mourão, desejo-lhe igualmente as maiores felicidades para o próximo mandato, onde continuará a dirigir este órgão autárquico com a elevada isenção, coragem e espírito democrático que o caracterizam.

Até sempre”.

A **Senhora Deputada Júlia Paula Costa**, disse em relação à situação financeira do Município que áquilo a que assistiram, e áquilo a que se pode resumir é o chamado desastre financeiro. O Município de Caminha está efetivamente sem dinheiro e apresenta hoje na informação financeira como compromissos assumidos e não pagos, ou seja, dividas a fornecedores com mais de 60 dias, não estão ali integradas com menos de 60 dias, ou, aquelas que ainda não são conhecidas no montante de 7 milhões de euros, conforme o documento entregue, do total de disponibilidades de 1.069.627,20€, e só se poderão usar 466.143,91€, porque 603.483,29€ são dotações não orçamentais, logo, esse valor não pode ser usado para efeitos das contas do Município, assim, assistimos a uma divida acumulada de 6.922.517,00€, se se somar a esta divida o compromisso assumido e aprovado em 19 de fevereiro de 2016 nesta Assembleia Municipal, o acordo com as Águas do Norte no montante de 2 milhões e 649 mil euros, e se somar a este montante o valor do juros das 60 prestações os quais serão na ordem dos 300 mil euros, ter-se-á no final uma divida acumulada para pagar de 3 milhões de euros, o que com a divida a curto prazo e a divida às Águas do Norte já perfaz 10 milhões de euros de divida.

Disse ainda a Senhora Deputada que verificaram as contas apresentadas até ao final do ano de 2016, e deve-se às Águas do Norte para além dos 2.5 milhões de euros, deve-se mais 2.100 milhões de euros que pela Lei do Orçamento de Estado exigia a elaboração de um novo acordo que não foi cumprido e não foi feito, assim, se se somar esta divida acumulada até 31 dezembro de 2016 tem-se uma divida acumulada de 12 milhões e 100 mil euros, se ainda se acrescentar a esta divida acumulada a divida que não pagaram à empresa SUMA que se cifra na ordem de 1 milhão de euros e a qual está a pagar por acordo sem aprovação em reunião de



Assembleia Municipal de Caminha

Câmara ou aprovação em Assembleia Municipal poder-se-á constatar que a dívida acumulada se cifra em 13.100 milhões de euros.

Refere ainda a Senhora Deputada que o Senhor Presidente vem anunciar um acordo de mais 6 milhões de euros e foi ali dizer que foi por incompetência dela enquanto Presidente que não recorreu a empréstimo e que nem sequer tinha feito candidaturas, mas, isso não é verdade, porque fez duas candidaturas, e, isso não é incompetência é o Senhor Presidente que não sabe, e as quais foram chumbadas pelo partido seu governo, e aquilo que fizeram foi recorrer à Caminhaequi, não deixaram de construir as piscinas e de cumprir as promessas que tinham com a população quando foram a votos, logo, aquilo que verificaram com documentos e não com invenções é que o empréstimo que contraíram para as piscinas foi de 5.462 milhões de euros e neste momento o Município só deve 4.118.05.42 milhões de euros, então, pergunta, se só se deve este valor, porque nos vamos endividar em 6.2 milhões, é porque entre esta diferença de valor em dívida não estão apenas incluídos os montantes de juros, o que está incluído na realidade são as dívidas das rendas que deixaram de pagar ao longo deste período e que estão a querer acomodar neste empréstimo, logo, com este empréstimo que vocês pretendem contrair acumulariam uma dívida de 19 milhões de euros, refere ainda a Senhora Deputada que apenas falou nesta matéria desta forma porque o Senhor Presidente da Câmara passou o tempo a falar na PPP com o fantasma dos 19 milhões de euros, mas, aquilo que ela lhe acaba de demonstrar é que tem uma dívida acumulada de 13 milhões e com esses 6 milhões cifrará a sua dívida real em 19 milhões de euros. Disse ainda a Senhora Deputada que geriram a Câmara quando tinham apenas 5 milhões de endividamento porque a Troika estava no País e lhes impuseram esse limite de endividamento, mas, o Senhor Presidente neste momento já pode usufruir de 20 milhões e é por isso que ele pode ali dizer que vai fazer um memorando de entendimento e endividar mais o Município, porque, na realidade aquilo que o Senhor Presidente fez, foi transferir o encargo da Caminhaequi, ou seja, uma troca de empréstimo para o Município, com a diferença



Assembleia Municipal de Caminha

que não se vai pagar em 23 anos 19 milhões de euros, mas, já vai endividado em 19 milhões de euros.

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e leu o seguinte:

“Nesta intervenção, que será a última deste mandato, vou procurar abordar algumas temáticas da maior relevância para o município e fazer, de alguma forma um breve balanço de algumas das ações mais marcantes desenvolvidas pela Câmara Municipal nos últimos quatro anos.

Referir-me-ei aos aspetos com maior impacto na economia e começarei por dizer que, dentre os 308 municípios existentes em Portugal, Caminha foi, depois da profunda crise que atingiu o nosso país, o 17º município em matéria de recuperação de preços no imobiliário.

Efetivamente, todos temos a perceção de que o município de Caminha aguentou bem a crise, mas importa sublinhar que a referência que faço não decorre desse facto, mas, antes, da análise feita por um jornal de referência nacional que desenvolveu um trabalho sobre as melhores performances de saída da crise económica e imobiliária.

De acordo com o estudo efetuado pelo Confidencial Imobiliário e trabalhado por este jornal tendo por base a informação de 400 mediadoras imobiliárias de todo o país, Caminha recuperou 15% com um preço metro quadrado de 868 euros.

Caminha foi o único Concelho do distrito de Viana do Castelo a integrar esta seleção sendo de referir que, na região Norte, apenas Porto e Braga acompanham o nosso município neste ranking este resultado confirma que a Câmara de Caminha adotou uma estratégia acertada, que foi muito criticada pela oposição, mas sem qualquer sentido.

Efetivamente a aposta numa comunicação pela positiva, a divulgação das potencialidades do município no campo do turismo, a arrojada aposta na



Assembleia Municipal de Caminha

diminuição do IMI por duas vezes só num mandato em contraponto com os pesados impostos que antes eram cobrados, inibindo o investimento e a procura de habitação, medida adotada do executivo e muito acertada, porque beneficiou as famílias e porque veio dar um enorme balão de oxigénio à nossa construção civil e ao nosso imobiliário.

Por outro lado, Caminha foi considerado o 6º município de Portugal que mais IRS devolveu, em média, à sua população.

Segundo o insuspeito "Jornal de Negócios", tendo por base os dados disponibilizados pela Autoridade Tributária que detalham o número de declarações por município e a coleta líquida de IRS a Câmara de Caminha desceu o IRS por duas vezes em quatro anos, para ajudar as famílias e incentivar a economia local obtendo, agora, o reconhecimento público e a comprovação de que adotou as políticas mais assertivas destacando-se a nível nacional.

Os dados oficiais não enganam, dentre os 104 municípios que deliberaram prescindir de parte do IRS, Caminha aparece em sexto lugar entre todos os municípios do país logo depois de Lisboa, Águeda, Albufeira, Óbidos e Cascais.

Para se ter uma noção exata dos benefícios resultantes desta medida refere-se que Caminha com uma taxa de participação variável no IRS de 3,5% e uma poupança média de IRS da ordem dos 56 euros está a par do quinto município desta tabela que é Cascais.

Um outro setor que importa referir é o do turismo.

O número de turistas que passaram pelos Postos de Turismo de Caminha e de Vila Praia de Âncora voltou a subir e aumentou 29% no primeiro semestre de 2017 relativamente ao mesmo período do ano passado.

Estes números não enganam e vêm confirmar a forte dinâmica que está a viver aquele que é o principal setor da economia do município, assim como as estratégias que têm sido desenvolvidas, pois nestas matérias não há milagres.

A visibilidade e a preferência que tem sido dada ao Concelho a nível nacional e internacional por vários organismos ligados ao setor do Turismo está bem patente nos números oficiais.



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Assim sendo não podem haver dúvidas sobre o dinamismo da economia do Concelho de Caminha, especialmente em tudo o que gira em torno do Turismo.

O município apostou forte nesta indústria e os resultados são claros e muito favoráveis. A boa programação cultural, os eventos programados de grande qualidade, a política fiscal desenvolvida que favorece a compra da segunda habitação e uma política de comunicação forte e eficaz integraram a estratégia do município e o sucesso está à vista de todos.

Só para se ter uma ideia no primeiro semestre deste ano foram atendidas 4180 pessoas no Posto de Turismo de Caminha e 3784 em Vila Praia de Âncora sendo de salientar o incremento do peso relativo de turistas estrangeiros no nosso Concelho. Há dois anos, os turistas estrangeiros representavam já 59% do total de turistas; no primeiro trimestre deste ano, os estrangeiros representam 66% do total de visitantes aos Postos de Turismo. O destaque vai para os turistas oriundos de Espanha (23%), França (12%), Alemanha (9%) e Reino Unido (7%).

A comprovar a qualidade da oferta turística do nosso município uma das mais prestigiadas empresas do setor das reservas hoteleiras colocou, este ano, Caminha no Top 10 dos destinos de praia em Portugal sendo o quinto destino com maior crescimento na procura nos últimos anos.

As melhorias da economia traduzem-se no bem-estar das populações e, naturalmente, em maiores fluxos de oferta de emprego. Recordo que, no passado mês de maio o município de Caminha apresentava os valores mais baixos dos últimos 8 anos em termos de desemprego.

O número de desempregados baixou 28,2% no último ano. Esta descida está acima da média nacional e em termos quantitativos e significa menos de metade dos herdados da Câmara gerida pelo PSD em dezembro de 2013.

Este é o melhor resultado desde dezembro de 2008 baixando a barreira psicológica dos 500 desempregados inscritos. De maio de 2016 a maio de 2017, o número de desempregados baixou 28,2%, o que contrasta com os 19,6%, na região Norte e os 24,8% da CIM do Alto Minho.



Assembleia Municipal de Caminha

Esta é uma vitória de toda a comunidade. Uma vitória das empresas que empreendem, uma vitória da população que nunca baixou os braços, uma vitória das instituições de solidariedade social que sempre estiveram no terreno, uma vitória do Governo que tem apresentado soluções e uma vitória da Câmara Municipal de Caminha que criou um dinamismo na economia que há muito não se via.

Muito Obrigado”.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e leu o seguinte:

“Esta é a última Assembleia Municipal antes das próximas eleições. Quase 4 anos se passaram e é com um sentimento de dever cumprido que hoje me dirijo a todos os que aqui estão e aos que nos acompanham no conforto de suas casas.

Foi clara a mudança operada no nosso Concelho nestes últimos anos! Foi clara a viragem positiva que foi realizada, foi clara a diferença entre um presente de trabalho, de diálogo, de conquistas, e um passado de quezílias, perseguições e prejuízo para todos nós!

Por muito que tentem negar e desvalorizar, as obras estão à vista, só não vê quem não quer!

Só no âmbito da Polis Litoral Norte, e insisto e relembro que de 2008, data da fundação da Pólis a 2013, nenhuma obra foi feita no Concelho de Caminha ao abrigo do programa Pólis, zero!

Contrariamente aos Concelhos de Viana e Esposende, Caminha de 2008 a 2013 não foi capaz de captar investimento, de apresentar projetos e isto durante quase 5 anos!

A inércia, a impossibilidade de unir esforços, levou a que nem único euro ou um único investimento se realizasse no âmbito da Pólis no nosso Concelho!



Assembleia Municipal de Caminha

E hoje? Que temos hoje? Hoje temos milhões em investimento, desde a valorização e dinamização do pinhal da Gelfa, da Recuperação da Duna dos Caldeirões, da proteção da Erosão costeira desde Moledo a Vila Praia de Âncora, dos diversos troços das maravilhosas ecovias e ciclovias do nosso Concelho até chegarmos finalmente à modernização do Cais dos Pescadores que contempla a requalificação e revitalização da frente Ribeirinha do nosso Concelho.

Depois de mais de 4 décadas de sonho e o desacreditar de quase todos, aqui está uma das mais importantes e mais ansiadas obras realizadas no âmbito da Polis. Com diálogo e não com falsas promessas, com auscultação e não com prepotência, com trabalho, visão e estratégia, chegou o tempo de os pescadores serem valorizados, chegou o tempo da realização da obra, acabaram-se as promessas ocas, os desenhos e os Powerpoints¹

Desde finais de 2013 até agora, já foram feitas 5 obras e investidos mais de 1 milhão e cem mil euros no território de Caminha. Até final de 2017 estão previstas mais 5 obras num investimento de 2,5 milhões de euros. Passamos do zero, zero euros, zero obras a 10 obras e 4 milhões de investimento em Caminha.

Li algures uma frase....

"Quem gosta, cuida", verdade, não poderia estar mais de acordo com essa frase. Agora também é verdade que existem várias formas de gostar e de cuidar.

Quem gosta, trabalha em prol de uma comunidade para uma comunidade e não para servir os interesses dos amigos e tirar proveitos próprios.

Quem gosta não coloca o seu ego acima do bem comum, não desrespeita quem o elegeu!

Quem gosta defende o seu Concelho e as suas gentes e não as persegue, ameaça e defrauda.

Quem gosta não amordaça, chama à participação.

Quem cuida, apoia, toma medidas para melhorar a qualidade de vida e dar mais e melhor às suas gentes.

Temos obra em Caminha;

Temos projetos para Caminha;



Assembleia Municipal de Caminha

Temos gente em Caminha em suma temos futuro!

Vamos fazer o que ainda não foi feito e vamos fazer melhor, certamente!”

O **Senhor Presidente da Câmara**, agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Fernanda Viana, mas, sobretudo pelo trabalho e préstimo que deu a esta Assembleia, a qual se afasta, como jovem tem outros projetos pela frente. E a todos os deputados que não vão continuar no próximo mandato, agradece também a todos aqueles que lhe proporcionaram ali estes debates, tanto na Assembleia Municipal como em outros locais. Deixa também o Senhor Presidente uma palavra especial ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que sempre dirigiu as sessões da Assembleia Municipal com total isenção, dando prestígio à Assembleia e ao cargo que ocupa. Agradece ainda a todas as pessoas que tem vindo a participar ali no espaço, onde cresceu exponencialmente o conjunto de pessoas que participam nesta Assembleia, sendo, esta mais uma vitória deste mandato quer na Assembleia ou na Câmara Municipal e sobretudo para aquelas pessoas que ouviram todas as intervenções a partir de casa, as quais foram muitas, porque foi surpreendente como quase sempre que decorria uma Assembleia, durante o fim de semana as pessoas o abordavam na rua com pormenores do debate e da dialética parlamentar, o que vai ser decisivo nas escolhas para os próximos dias, e esta foi mais uma conquista que também saúda.

Disse ainda o Senhor Presidente que durante esta semana o Município de Caminha teve conhecimento que após se ter entrado em 2012 num programa de recuperação de pagamento de dívidas, que foi assumido como aquelas autarquias que estavam com dificuldades financeiras, que o Concelho de Caminha e outros 57 municípios saíram durante estes dias do vermelho, ou seja, de algum modo saíram da Troika Municipal em que foram colocadas em 2012 pela difícil situação financeira da Câmara, logo, esta é uma boa notícia para todos, e o Concelho de Caminha deve ficar feliz por estar a dar passos largos ao sair da situação financeira em que se encontrava.



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Por fim o Senhor Presidente agradece aos Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes, por toda a dialética, mas, que em breve estarão todos ali reunidos.

b) – Aprovação da Ata da Sessão extraordinária de 02 de junho 2017

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão extraordinária de 02 de junho 2017**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, disse que com a dificuldade da gestão de tempo aquando do uso da palavra, não teve a oportunidade de o fazer, e julga que neste ponto da ordem de trabalhos seria o momento não só por todo o trabalho que tem sido desenvolvido pela Comissão de Jovens para agradecer a todos, e que foi uma honra ter estado ali enquanto membro da Assembleia Municipal, pelo que, não deixa de cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa e toda a mesa, apesar de nem sempre estarem de acordo de ambas as partes, e cumprimentar também na pessoa do Senhor Presidente todos os Vereadores como os da oposição que muitas das vezes são esquecidos por não terem pelouros distribuídos, souberam estar ali com toda a dignidade; não deixa de cumprimentar também os Senhores Vereadores que já não se encontram ali como a Dr.^a Ana São João e o Dr.^o Rui Teixeira. Cumprimenta ainda a Senhora Deputada todos os seus colegas de bancada, comunicação social e público em geral que soube ali estar e participar, logo, deixa ali um voto de agradecimento a todos.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 21 votos a favor, 0 votos contra e 8 abstenções, por não terem estado presentes.



Assembleia Municipal de Caminha

c) – Aprovação da Ata da Sessão ordinária de 23 de junho 2017

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 23 de junho 2017**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

O **Senhor Deputado Rui Lages**, fez umas pequenas retificações à ata, as quais foram consideradas e alteradas.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma correção à ata, a qual foi considerada e alterada.

A **Senhora Deputada Júlia Paula Costa**, disse que toda a documentação era recebida com antecedência e que para este tipo de correção seria bom que a fizessem chegar à mesa para que dessa forma não se perdesse tempo ali com este tipo de assunto.

Agradece por isso em nome da Anabela a todos os funcionarias que trabalham para que as coisas decorram da melhor forma, em especial naquela Assembleia Municipal.

Disse ainda a Senhora Deputada que nas Assembleias que esteve não na qualidade de Deputada, mas como Presidente de Câmara teve a honra de trabalhar com dois Deputados que já não estão entre nós, mas, que gostaria de os recordar como o Fernando Lima e a Carla Malheiro com quem teve a honra de privar, e que muitas das vezes não estiveram de acordo, mas, gostava que ficasse ali o registo para memoria futura.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

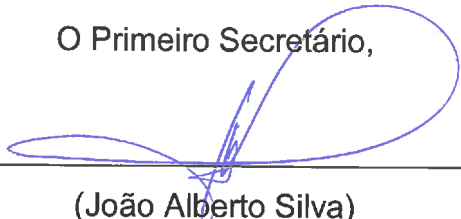


Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 voto contra e 4 abstenções, por não terem estado presentes.

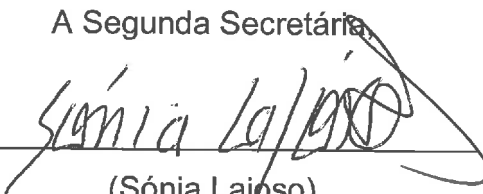
O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração, e declarou encerrada a Sessão, quando eram 02H00M, do dia 05 de setembro de 2017, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário,




(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária,



(Sónia Lajoso)

O Presidente,



(Luís Augusto Pestana Mourão)